

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2021-2025)

ATA n.º 5/2022

Sessão Ordinária Pública, de 30 de setembro de 2022

Local: Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira.

Mesa:

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.ª Secretária: Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves

2.ª Secretária: Muriel Cristina Dias Neto

Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:

- Muriel Cristina Dias Neto (PPD/PSD);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- Jorge Humberto Martins Corvo (PPD/PSD);
- Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS);
- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PPD/PSD);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- Jorge Eduardo Pereira Cruz (PPD/PSD);
- Jovita Fátima Romano Ladeira (PS);
- Liliana Ribeiro Fernandes (PPD/PSD);
- David Martins (PS);
- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PPD/PSD);
- Gisela Sofia Viegas (PS);
- Maria João Teixeira Dias Anjos (PS);



- Sónia Margarida Correia Tomás (PPD/PSD);
- Hugo Miguel Lourenço Madama (PS);
- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CH);
- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PPD/PSD);
- Nuno Leonel Gonçalves Mateus (PS);
- Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa (PPD/PSD);
- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS).

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:

- Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão, Jorge Francisco da Silva;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Bráulio Maurício Martins de Jesus (em substituição);
- Junta de Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Emílio José Domingos Campos (em substituição);
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias.

Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:

- Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira (PPD/PSD);
- Carlos Manuel Viegas de Sousa (PS);
- Carla Patrícia Maié Martins (PS);
- Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
- Ana Cristina dos Santos Palmeira (PS);
- João Pedro Rôlo Correia (PPD/PSD).



--- Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Madeira Guerreiro**, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e cinco minutos. -----

--- Cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal e demais vereadores, os deputados municipais, os presidentes de junta, o público presente e o que estava a assistir via *Facebook*, mencionando que a sessão estava a ser transmitida por aquela o que também aconteceria com as seguintes.-----

--- Cumprimentou os funcionários da biblioteca que tinham tido o cuidado de preparar a sala, os serviços de apoio, os técnicos de informática e os técnicos de som e imagem a quem agradeceu pelo trabalho realizado garantindo a emissão da sessão para o público que assistia em casa. -----

--- Disse que tinham sido solicitados três pedidos de substituição, dos deputados municipais Silvino Oliveira, Nuno Diogo e Ana Palmeira. Relativamente aos presidentes de junta, dois tinham-se feito substituir por membros do seu Executivo. -----

--- **A Primeira Secretária, Maria Margarida Flores**, procedeu à chamada.-----

--- **Presenças:** Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ana Rita Gonçalves Pacheco, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Bráulio Maurício Martins de Jesus, David Martins, Emílio José Domingos Campos, Gisela Sofia Viegas, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, Hugo Miguel Lourenço Madama, Jorge Eduardo Pereira Cruz, Jorge Francisco da Silva, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Liliana Ribeiro Fernandes, Maria João Teixeira Dias dos Anjos, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Muriel Cristina Dias, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Sónia Margarida Correia Tomás. -----

--- Os deputados municipais Rafael Ribeiro Dias e João Pedro Rôlo Correia não se encontravam presentes no momento da chamada.-----

--- As deputadas municipais Carla Patrícia Maié Martins e Ana Cristina dos Santos Palmeira solicitaram substituição tendo sido substituídas por Emílio José Domingos Campos e Hugo Miguel Lourenço Madama, respetivamente. -----

--- Os deputados municipais Carlos Manuel Viegas de Sousa, Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira e Nuno Filipe Gonçalves Diogo solicitaram substituição tendo sido



substituídos por Bráulio Maurício Martins de Jesus, Jorge Eduardo Pereira Cruz e Maria João Teixeira Dias Anjos, respetivamente. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra à Segunda Secretária, Muriel Cristina Dias Neto, para informar sobre a correspondência recebida, desde a última sessão da Assembleia Municipal. -----

--- **A Segunda Secretária Muriel Cristina Dias Neto** informou os membros da Assembleia Municipal, nos termos alínea m) do artigo 7º do regimento, que desde a última sessão tinha sido recebida pela Mesa da Assembleia Municipal, a seguinte correspondência: -----

--- O Partido Social Democrata (PSD) apresentou proposta de audição do Liquidatário da EMPET;-----

--- A Associação Internacional de Paremiologia agradeceu a medalha atribuída à AIP – IAP Award; -----

--- A Freguesia de Santa Luzia enviou certidão referente às Deliberações tomadas em sessão da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2022;-----

--- O Município Liberto Lesinho Pires enviou documentação;-----

--- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve remeteu comunicação referente a Fundos Europeus: *“Necessária Total Prioridade dos Beneficiários à execução dos Fundos Contratados e Comprometidos”*; -----

--- A CCDR Algarve remeteu convite para a Jornada de Trabalho – *“Estratégia Regional de Crescimento Azul para o Algarve. Projeto Atlazul”* - 13 julho às 10h30m;-----

--- O Partido Comunista Português (PCP) enviou, para conhecimento, a Intervenção da Deputada Paula Santos na audição da Ministra da Coesão Territorial sobre a transferência de competências para as Autarquias;-----

--- O PSD apresentou nova proposta de audição na Assembleia Municipal do liquidatário da EMPET;-----

--- A DFK, Ferro, Silva & Associados, SROC, Lda., remeteu memorando de auditoria ao Município de Tavira 2021; -----

--- A Associação Ecotopia Activa remeteu pormenorização da proposta anteriormente apresentada, pelas associações Ecotopia Activa e Associação AlBio, para a integração no Polo de Inovação - CEAT de Tavira;-----

--- A ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses remeteu convite para o VI Encontro Nacional de Autarcas a realizar no dia 17 de setembro, no Pavilhão Cidade de Viseu; -----

--- A Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira remeteu agradecimento pela presença na 26ª Facarte;-----

--- A ANMP remeteu programa de trabalhos para o VI Encontro Nacional de Autarcas;-----



--- A DFK, Ferro, Silva & Associados, SROC, Lda., remeteu memorando de Informação sobre a situação económica e financeira a 30/06/2022; -----

--- O Deputado Municipal Carlos Manuel Viegas de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022; -----

--- A Deputada Municipal Carla Patrícia Maié Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022; -----

--- O Deputado Municipal Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022; -----

--- O PSD apresentou Proposta de Recomendação para registo no Inventário nacional do património Cultural Imaterial do processo de fabrico da Cerâmica de Santa Catarina da Fonte do Bispo; -----

--- O PSD apresentou votos de congratulação a João Pedro Gonçalves Neves, Ruben Andrade e António Iria Santos; -----

--- O PSD apresentou Voto de Congratulação a Alejandro Marque Porto; -----

--- O Partido Socialista (PS) remeteu Moção "*Pelo Hospital Central do Algarve*" e Voto de Congratulação pela conclusão da carreira de Alejandro Marque Porto como ciclista profissional; -----

--- A Múnicipe Ângela Maria Lourenço Rosa questionou porque é que o Município de Tavira não se encontrava na plataforma BUPI (Balcão Único do Prédio); -----

--- O Deputado Municipal Nuno Filipe Gonçalves Diogo solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou sobre o modo como iria decorrer a sessão. Iriam iniciar com o Voto de Recomendação seguido dos votos de congratulação e moções e, atendendo a que existia uma moção conjunta, apresentada por todas as bancadas, a mesma iria ser apresentada pelo Presidente da Assembleia Municipal. Posteriormente passariam ao período antes da Ordem do Dia seguido do período da Ordem do Dia com a informação da atividade da Câmara Municipal apresentada pela Presidente da Câmara Municipal, a intervenção do público iria ocorrer no final da sessão, pelo que, alertava quem quisesse usar da palavra que procedesse à respetiva inscrição até fim do período antes da Ordem do Dia. -----

--- O Deputado Municipal Rafael Dias entrou na sala pelas vinte e uma horas e dez minutos. ----

--- **Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocada à discussão a proposta de recomendação "REGISTO NO INVENTÁRIO NACIONAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL**

IMATERIAL DO PROCESSO DE FABRICO DA CERÂMICA DE SANTA CATARINA DA FONTE DO BISPO”, apresentado pelo PSD.-----

--- A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Mesa da Assembleia a Presidente da Câmara Municipal e restantes vereadores, os presidentes de Junta de Freguesia, os deputados municipais, o público presente e o que assistia em casa.-----

--- Iniciou referindo que, como seria do conhecimento geral, existiam práticas em Tavira que eram e deviam de ser preservadas e divulgadas junto do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial sendo que considerava que uma delas era precisamente o que se realizava nos telheiros de Santa Catarina da Fonte do Bispo, não apenas a telha de Santa Catarina, mas também o ladrilho. Disse que eram feitos há muitos anos, de uma forma muito tradicional, pelo que a proposta de recomendação apresentada era precisamente para que fosse registado no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial o processo de fabrico de cerâmica dos telheiros de Santa Catarina da Fonte do Bispo. -----

--- Passou à leitura da recomendação:-----

--- *«Considerando que o património cultural imaterial é um fator determinante e diferenciador nos territórios e nas suas gentes enquanto manifestações culturais expressas em práticas tradicionais e ancestrais resultantes da interação com o meio ambiente, natureza e a sua história, reconhecidas local, nacional, e internacionalmente como fazendo parte da sua identidade e que foram transmitidas ao longo de gerações, inculcando-lhes uma identidade coletiva e um sentimento de pertença;*-----

--- *Considerando ainda a importância da salvaguarda deste património cultural e imaterial de acordo com o nº 3 do artigo 2.º da Resolução da Assembleia da República nº 12/2008, que aprova a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada na 32ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris, a 17 outubro de 2003, que consiste na implementação de medidas que visem assegurar a viabilidade do património cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspetos desse património.* -----

--- *No concelho de Tavira uma das práticas é precisamente a dos telheiros de Santa Catarina e o processo de fabrico da cerâmica de Santa Catarina da Fonte do Bispo, cujas origens ancestrais são praticamente desconhecidas e que sumariamente resulta da mistura de barro com água, a secagem ao ar e o fogo para a cozedura. Este processo começa com a extração e preparação da pasta de argila com recurso ao barro de jazidas dos próprios “telheiros”, as chamadas cerâmicas, passa por um processo de moldagem manufaturada através de utensílios*



e ferramentas criados para o efeito, a que se segue um período de secagem e termina com a cozedura. -----

--- Face ao que antecede propõe assim o Grupo Municipal do Partido Social Democrata desta assembleia que a Câmara Municipal de Tavira proceda ao pedido de proteção legal de manifestação do Património Imaterial dirigido à Direção Geral do Património Cultural, com vista à inclusão no “Inventário Nacional do Património Cultural” do processo de fabrico da cerâmica de Santa Catarina da Fonte do Bispo nos termos do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, compreendendo as medidas de salvaguarda e o procedimento proteção legal.» -----

--- Referiu tratar-se de uma recomendação para a Câmara Municipal de Tavira no sentido de registar aquilo que era do concelho de Tavira, as suas práticas, que eram únicas e das quais se deviam de orgulhar e registar, antes que outros concelhos ou outras pessoas o fizessem, devendo salvaguardar, o que era uma mais-valia não apenas para a Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, mas para o nosso concelho.-----

--- **O Deputado Municipal José Graça** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e respetivos membros, os membros do Executivo Municipal, os colaboradores do Município que apoiam os trabalhos da Assembleia Municipal, e o público que assistia aos trabalhos, quer presencialmente, quer através das redes sociais. -----

--- Referiu que o grupo municipal do PS, se congratulava com a proposta de recomendação apresentada pela bancada do PSD, uma proposta de salvaguarda de um património cultural, uma mais-valia inestimável característica do nosso concelho, referindo ainda que atualmente outras olarias do género que existiam no Algarve praticamente tinham deixado de funcionar, muitas delas depois de se terem rendido a métodos de fabrico mais industrializados. No concelho de Tavira, o processo continuava de uma forma artesanal e ainda continuavam a serem protegidos conjuntos de documentos e de regulamentação Municipal garantindo a sua utilização pelos arquitetos e pelos construtores de Tavira. -----

--- Realçou também o trabalho que o Município tinha vindo a efetuar ao longo dos últimos doze (12) anos na salvaguarda do património imaterial do concelho, tendo obtido a primeira classificação do Algarve com a Dieta Mediterrânica, e o trabalho e esforço que tinha vindo a ser desenvolvido nomeadamente em conjunto com toda a sociedade civil local e também com um conjunto de entidades a nível regional e nacional para a sua preservação e valorização. Tratava-se de um trabalho moroso e quanto ao processo em causa para o qual estavam a dar o primeiro passo relativamente ao fabrico da cerâmica de Santa Catarina da Fonte do Bispo,



certamente que seria um processo que iria demorar alguns anos mas que esperavam se venha viesse a coroar de sucesso no seu corolário. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta de recomendação REGISTO NO INVENTÁRIO NACIONAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DO PROCESSO DE FABRICO DA CERÂMICA DE SANTA CATARINA DA FONTE DO BISPO, a qual foi aprovada por unanimidade, cujo documento se anexa à presente ata como documento número um.**----

--- **Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o VOTO DE CONGRATULAÇÃO – JOÃO PEDRO GONÇALVES NEVES, apresentado pelo PSD.** -----

--- **A Deputada Municipal Liliana Fernandes** cumprimentou os presentes e quem estava a assistir em casa. -----

--- **Passou à leitura do Voto de Congratulação ao atleta João Pedro Gonçalves Neves em nome da bancada do PSD:** -----

--- *“Um jovem tavirense atualmente com 18 anos, que começou a sua carreira futebolística desde muito cedo em 2008 na casa do Benfica de Tavira, onde permaneceu até 2012 e durante este período demonstrou logo as grandes aptidões que tinha na área do futebol e que o levaram rapidamente até Lisboa à zona do Seixal, onde iniciou então com 9 anos a sua atividade desportiva no Sport Lisboa e Benfica.* -----

--- *Durante o seu percurso no Sport Lisboa e Benfica passou então a jogar nos sub-15, nos sub-17, sub-19 e está atualmente, nesta época, a dividir o seu trajeto entre os sub-19, sub-23 e a equipa B. Estreou-se na seleção nacional no escalão de sub-15, portanto, muito precocemente na sua carreira.* -----

--- *Neste momento soma 13 internacionalizações, 4 nos sub-15 e 9 nos sub-19 e o seu primeiro contrato profissional com o Sport Lisboa Benfica foi assinado em 2020. Continua a representar a seleção nacional de sub-19, até ao momento já marcou um golo no jogo disputado entre Portugal e Alemanha, que foi o único golo que Portugal marcou neste jogo e viveu este ano, em 2022, o seu momento mais alto da carreira no Sport Lisboa e Benfica ao conquistar o Campeonato Nacional de Juniores da UEFA Youth League e a primeira Taça Intercontinental sub-20 no Uruguai.* -----

--- *Pelos motivos expostos na Assembleia Municipal de Tavira, pretende-se congratular o atleta João Neves pela conquista dos referidos títulos e enviar o voto de congratulação ao mesmo.”* --

--- **O Deputado Municipal José Graça** referiu que a bancada do PS se associava ao Voto de Congratulação do PSD, como já tinham referido verbalmente na Assembleia Municipal realizada na Luz de Tavira. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** cumprimentou a Mesa da Assembleia, o Executivo Municipal e os colegas deputados municipais. Congratulou-se com o Voto, já trazido pela



bancada do PS e adicionalmente porque tinha sido um aluno que tinha passado pela EB Horta do Carmo, onde tinha feito os primeiros quatro anos de escolaridade e de quem tinha teve o privilégio de ser sua professora durante algum tempo, referindo ainda ser muito gratificante ver crescer e afirmar estes jovens. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o VOTO DE CONGRATULAÇÃO – JOÃO PEDRO GONÇALVES NEVES, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa à presente ata como documento número dois.** -----

--- **Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o VOTO DE CONGRATULAÇÃO – RÚBEN ANDRADE E ANTÓNIO IRIA SANTOS, apresentado pelo PSD.**-----

--- **O Deputado Municipal Artur Gomes** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara Municipal, o Executivo e os deputados municipais.-----

--- Referiu que a bancada do PSD apresentava um Voto de Congratulação ao atleta Ruben Andrade e também ao seu treinador António Iria Santos, pela vitória, por se ter sagrado campeão de Portugal, no escalão de juniores, em 60 kg, em boxe, que era uma modalidade praticada no Ginásio Clube de Tavira e contava à data com cerca de vinte e três (23) atletas. Para além daquele título tinham ainda obtido o título de campeão por equipas em juniores e dois segundos lugares tanto em juniores como em elite, em 60 e 71 kg, dos atletas Gabriel Afonso e Nathan Gonçalves. Disse que os atletas tinham treinos diários dificultados pois o concelho de Tavira não possuía os equipamentos necessários à prática do boxe, pelo que tinham que treinar sem ringue ou uma sala equipada para a modalidade pelo que tinham muitíssimas dificuldades para conseguirem ter sucesso. -----

--- Acrescentou que com a apresentação daquele Voto de Congratulação pretendiam também lançar o repto ao Executivo Municipal, para a concretização daquele tipo de equipamentos que certamente dariam origem a ainda melhores resultados. -----

--- Concluiu dizendo que a bancada do PSD congratulou o atleta Ruben Andrade pela conquista do seu título de campeão de Portugal, o seu treinador António Iria pela sua dedicação e perseverança para com os atletas, o Ginásio Clube de Tavira pela sua aposta naquela modalidade e pelos títulos e, solicitou que o Voto de Congratulação fosse remetido ao atleta e ao seu treinador. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, as Secretárias da Mesa da Assembleia Municipal, os deputados municipais, o Executivo Municipal, o público presente e o que assistia em casa, e os serviços de apoio que tinham tido um trabalho acrescido na organização da sala.-----

--- Felicitou os atletas pelos feitos alcançados, pelos lugares que tinham atingido e deixou a nota que Município estava a efetuar um procedimento para a aquisição de um ringue com um



investimento superior a dez mil euros (€10.000,00), para colocar no Pavilhão Municipal, melhorando assim as condições de treino dos atletas.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o VOTO DE CONGRATULAÇÃO – RÚBEN ANDRADE E ANTÓNIO IRIA SANTOS, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa a esta ata como documento número três.**-----

--- **Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão O VOTO DE CONGRATULAÇÃO – CONCLUSÃO DA CARREIRA DE ALEJANDRO MANUEL MARQUE PORTO COMO CICLISTA PROFISSIONAL, apresentado pelo PS e PSD.** -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** dirigiu um cumprimento a todos e propôs à bancada do PS elaborassem um único voto, alegando não fazer sentido serem apresentados dois votos sobre a mesma questão. Questionou quanto à concordância com o texto apresentado pelo PSD ou, em alternativa, apresentarem um texto próprio.-----

--- **O Deputado Municipal José Graça** referiu que a bancada do PS concordava com a proposta apresentada pelo PSD e que se juntavam na vontade unanime de homenagear o Alejandro Porto.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** passou à leitura do Voto de Congratulação:---
“Alejandro Manuel Marque Porto, que nasceu no dia 23 de outubro de 1981, em Pontevedra (Galiza), Espanha, começou a sua carreira de ciclista profissional em 2004 e representou o Clube de Ciclismo de Tavira durante os anos de 2008 a 2010, em 2012 e de 2017 a 2022, ou seja, durante uma década, mais de metade do seu percurso profissional.-----

--- *O início da sua carreira em Tavira ficou marcado pelo grande trabalho em prol da equipa sendo um dos pilares no apoio a David Blanco na conquista da 1ª, da 2ª e da 3ª Volta a Portugal em Bicicleta, para o Clube de Ciclismo de Tavira e para a cidade de Tavira.* -----

--- *Com um palmarés muito rico destacam-se individualmente a sua vitória na Volta a Portugal em 2013 e, pelo Clube de Ciclismo a vitória na Volta à China (Tour of China II) em 2018, a vitória na etapa rainha da Volta a Portugal de 2021, na Serra da Estrela (Torre – Covilhã), envergando a camisola amarela por vários dias e finalizando no pódio dessa Volta, no 3º lugar.*

--- *Para além de um grande atleta está a pessoa de trato muito simpático, humilde, com forte espírito de equipa e entre ajuda, numa carreira marcada frequentemente por gestos de fair play. Mais que os resultados são estes os valores que dignificam o atleta, a equipa e esta cidade, que tão bem representa.*-----

--- *Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 30 de setembro de 2022, delibera:*-----

--- *Aprovar um Voto de Congratulação pela carreira do atleta Alejandro Marque e pela sua ligação a Tavira;*-----



--- Felicitar os atletas, equipas técnicas e dirigentes do Clube de Ciclismo de Tavira, que acompanharam o atleta;-----

--- Enviar o presente Voto de Congratulação ao Alejandro Marque;-----

--- Solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tavira, que apresente publicamente esta congratulação na festa de homenagem ao Alejandro Marque.”-----

--- Considerava que seria de remeter cópia da deliberação que recaísse sobre aquela proposta, para conhecimento e divulgação, à Presidente da Câmara Municipal de Tavira, aos Órgãos Sociais do Clube de Ciclismo de Tavira, da Associação de Ciclismo do Algarve, da UVP - Federação Portuguesa de Ciclismo, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, bem como proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o VOTO DE CONGRATULAÇÃO – CONCLUSÃO DA CARREIRA DE ALEJANDRO MANUEL MARQUE PORTO COMO CICLISTA PROFISSIONAL, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa à presente ata como documento número quatro.**-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão A MOÇÃO PELO HOSPITAL CENTRAL DO ALGARVE.**-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** passou à leitura da moção conjunta dos três partidos com assento na Assembleia Municipal.-----

--- «Em 27 de fevereiro de 2020, por proposta dos 16 presidentes das Assembleias Municipais do Algarve, a Assembleia Municipal de Tavira aprovou por unanimidade uma Moção sobre o Hospital Central do Algarve na qual se apelava “ao Governo para iniciar o mais rapidamente possível a revisão do projeto e o início da sua construção” a qual anexamos à presente proposta.-----

--- Com a aprovação do Orçamento de Estado para 2022 ficou previsto que “até final do terceiro trimestre o Governo adotaria as diligências necessárias que assegurem o procedimento para a construção e equipamento do novo Hospital Central do Algarve, assumindo o modelo contratual mais célere para a concretização da obra”, as expectativas dos algarvios voltam a ser elevadas. A construção do Hospital Central do Algarve é um legítimo anseio dos algarvios absolutamente imprescindível para a melhoria significativa dos cuidados de saúde e para a consolidação e desenvolvimento do Ensino Superior de Medicina e das Ciências Biomédicas, no qual os municípios da região estão fortemente empenhados, financiado diretamente o alargamento do oferta educativa, nos termos do contrato-programa celebrado em 2021, entre a Universidade do Algarve (UAlg), a Associação para o Desenvolvimento do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve (AD-ABC), que também integra o Centro



Hospitalar e Universitário do Algarve, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), e vai permitir a criação de noventa e seis (96) vagas até o ano 2025. -----

--- Neste sentido a Assembleia Municipal reunida em 30 de setembro 2022 delibera reiterar junto do Senhor Primeiro-Ministro e do Governo o empenhamento no processo do Hospital Central do Algarve, reafirmando a sua imprescindível necessidade e imperiosa urgência para a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde na Região e enviar a presente Moção, depois de aprovada, ao Primeiro-Ministro, aos ministros das Finanças e da Saúde, ao Presidente da República, ao Presidente e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tavira, ao Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL e a todas as assembleias e câmaras municipais do Algarve, à Presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e ao Presidente do Conselho Regional da CCDR do Algarve, bem como às ordens profissionais e aos sindicatos do setor da saúde e divulgá-la pela comunicação social regional e nacional. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação A MOÇÃO PELO HOSPITAL CENTRAL DO ALGARVE, o qual foi aprovada por unanimidade, que se anexa à presente ata como documento número cinco. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal disse que iam entrar no período antes da Ordem do Dia, pelo que solicitava aos deputados municipais que se inscrevessem para usarem da palavra sobre os assuntos que julgassem relevantes serem apresentados naquela Assembleia Municipal. -----

--- O Deputado Municipal David Martins cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, os deputados municipais, o Executivo Municipal, todos os presentes e os que acompanhavam via *Facebook*, saudando e desejando uma noite muito agradável. -----

--- Referiu que iria usar da palavra para, após o período de verão, fazer também o seu voto de congratulação, felicitar o Executivo Municipal, os presidentes de junta, todas as associações do concelho e a vasta equipa municipal envolvida, pelo excelente trabalho que tinham realizado no concelho ao longo de todo o verão, sobretudo nos últimos meses. Disse considerar indesmentível que Tavira estava na moda sendo um dos concelhos mais dinâmicos da região do Algarve e do país, Tavira era linda, mas estava a tornar-se cada vez mais linda, cada vez mais atrativa e isso devia de os encher de orgulho. -----

--- Durante o verão tinham sido realizadas várias iniciativas das quais destacava o Verão em Tavira que tinha tido ações como o Festival Internacional de Teatro e Artes na Rua, feiras temáticas ligadas aos livros, ao vinho, ao artesanato, aos ofícios, às antiguidades, às velharias,



a FACARTE - Feira de Agricultura, Caça e Artesanato, na Conceição de Tavira e a Festas dos Pescadores em Cabanas de Tavira. -----

--- Tinha também ocorrido a Festa dos Pescadores em Santa Luzia, a Feira Franca de Santa Catarina da Fonte do Bispo, as festas da União de Freguesias de Santo Estêvão e Luz de Tavira, as festas de verão de Cachopo, o fantástico e muito completo programa Animar Tavira promovido pela União de Freguesias de Tavira, a semana da Dieta Mediterrânica, que tinha constituído eventos maravilhosos e únicos no país e ainda a Semana da Juventude que tinha terminado há muito pouco tempo. -----

--- Acrescentou que se tratavam de eventos de enormíssima qualidade, que tinham alcançado o interesse dos mais diversos públicos, de todo o país, da Europa e do Mundo e afirmou que tinham ultrapassado as expectativas de todos sendo que atualmente, mais importante do que ter um destino popular com várias atrações era ter um destino com vida e dinamismo que possibilitasse experiências únicas e memoráveis, tendo sido o que mais uma vez tinha acontecido em Tavira. -----

--- Era de opinião que o concelho fazia acontecer, com vários propósitos e várias dimensões, para dinamizar a economia, criar emprego nas diferentes áreas, nomeadamente do alojamento e da restauração, sendo o turismo uma atividade complementar a todas as outras. Circulando pela cidade, pelo concelho, sentia-se o movimento e a economia a desenvolver-se sendo que tal era um motivo de orgulho, sobretudo porque também era um profissional da área do turismo. Ao fim da nuvem negra, que a Covid-19, a Pandemia, tinha causado, considerava que se respirava com felicidade pela dinamização da economia, criação de mais emprego, mas também não de menor importância, pela promoção de uma identidade cultural quer a mais urbana quer a mais rural. -----

--- Disse que o concelho de Tavira era muito peculiar, muito especial, exatamente pela sua diversidade, desde a Ilha de Tavira até Cachopo, que constituía uma imensidão de territórios que deviam de ser valorizados. -----

--- Continuou dizendo que existia ainda uma dimensão importante, a redução da sazonalidade, sendo que se notava que todo o investimento e dinâmica proporcionavam a redução das pressões que se concentravam em dois meses, julho e agosto, e que presentemente existia uma atividade dispersa pelos vários meses, garantindo emprego e qualidade de vida todo o ano. -----

--- Acrescentou que se podia verificar que os empresários com a sua força de vontade e a sua resiliência continuavam a qualificar e a diversificar a oferta comercial o que também era fruto de um grande trabalho desenvolvido. -----



--- Afirmou que cada vez mais se sentia feliz por ter escolhido Tavira para viver, que não podiam escolher o local onde nasciam, mas podia-se escolher onde viviam e pretendiam e desenvolver a vida. Manifestou-se um tavirense orgulhoso e agradeceu publicamente a quem diariamente se esforçava para fazer mais e melhor pelo concelho. Estava grato à Presidente da Câmara e Executivo Municipal, pelo excelente trabalho desenvolvido, aos presidentes de junta, pelo seu trabalho que apesar de uma dimensão inferior, tinham uma posição superior, uma relevância extraordinária. Reconheceu também os agricultores, os pescadores, comerciantes e empresários, funcionários públicos, artistas, animadores culturais e cidadãos em geral por fazerem de Tavira um melhor local para se viver. -----

--- Para terminar, questionou a Presidente da Câmara Municipal se, sendo a mesma pessoa que liderava muito bem o Município, concordava com a análise que tinha efetuado e comentasse se aquele tinha sido um verão único para Tavira e que tinha deixado uma marca de sucesso que era também resultado da sua governação e contributo para todos os tavirenses. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que considerava que depois de dois anos de pandemia, mereciam ter um verão como aquele, apesar de nos anos 2020 e 2021 também terem tido o Programa Verão em Tavira, que se tinha realizado à porta fechada tendo os recintos que ser fechados, com lugares limitados, o que não tinha proporcionado oportunidade de acesso a todos os tavirenses e a todos os que tinham visitado o concelho. Disse que no ano 2022 tinham regressado aos moldes originais, com uma maior qualidade, com projetos espetaculares, como o teatro Cenas de Rua que tinha sido particularmente bonito, com projetos internacionais de grande beleza, com dança, teatro, várias modalidades artísticas, concertos no parque do Palácio, animação na Praça da República, considerando que tinha sido um dos melhores verões de sempre para a economia.-----

--- Naquele momento, apesar de estarem no final do mês de setembro, podia constatar que a cidade ainda continuava com alguma dinâmica o que a levava a analisar que realmente cada vez mais a sazonalidade se ia esbatendo, que as épocas intermédias também tinham taxas de ocupação muito boas e que quem trabalhava em hotelaria sabia que Tavira estava na moda, precisamente porque tinha vindo a ser realizado aquele trabalho de promoção e preservação de Tavira e as pessoas tinham percebido de que Tavira era realmente uma terra única. -----

--- Terminou dizendo que as Feiras da Dieta Mediterrânica e da Juventude tinham corrido bem e deviam-se orgulhar de conseguirem fazer mais e melhor, porque quem os visitava também recordava as noites que passavam em Tavira, as feiras temáticas, as feiras de artesanato, de onde as pessoas levavam recordações na memória e algumas recordações do que era tavirense, da sua identidade, o que muito a orgulhava. -----



--- Agradeceu também aos presidentes de junta que também tinham contribuído com as suas festas, nas suas freguesias, cujos apoios também tinham sido aprovados em Assembleia Municipal, pelo que reiterava o agradecimento, porque também eles tinham contribuído para aquela dinâmica no concelho. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** repetiu as palavras que o Deputado Municipal David Martins utilizou, referindo que Tavira estava na moda, uma Tavira linda com um Turismo de qualidade, no entanto se pretendiam estar na moda como um concelho de referência, o que não poderia acontecer e que se tinha verificado tinham sido os problemas com a limpeza da cidade. -----

--- Dirigiu-se à Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de Presidente da Taviraverde - Empresa Municipal de Ambiente, E.M., para alertar sobre o problema da falta de limpeza na cidade de Tavira pois tendo sido celebrado, por um valor elevado, um contrato programa para a limpeza pública com a Taviraverde deveria ser assegurada uma limpeza eficiente e eficaz, incluindo o manual de recolha de detritos e outras formas de limpeza. -----

--- Referiu ainda que no verão a população triplicava ou quadruplicava devido ao elevado número de turistas, de residentes e ainda pelos emigrantes que vinham de férias, o que era bom, mas existia a necessidade de tomar algumas iniciativas, à semelhança do que acontecia noutros concelhos, noutras localidades. Deixava algumas sugestões no sentido de haver mais campanhas de sensibilização, que embora a Taviraverde tivesse um serviço de porta-a-porta de recolha de recicláveis, muitas pessoas não tinham o cuidado de colocar o lixo no sítio devido, incluindo os restaurantes que não colocavam os cartões no devido contentor, como tinha acontecido, por exemplo, no Jardim da Alagoa. -----

--- Acrescentou que existia a necessidade de sensibilizar as pessoas, de haver um piquete a passar diariamente nos pontos mais críticos, pelo menos durante o verão quando existia mais população, arranjando outras soluções na recolha de monos, uma vez que quando a Taviraverde era contactada, apenas tinha disponibilidade no mês seguinte e, tendo em conta que muitas pessoas não tinham transporte ou onde os deixar, não era comportável a forma como estavam a lidar com o lixo. -----

--- Referiu ainda que a entristecia saber que em março tinha sido aprovado um contrato com a Taviraverde em que passavam a receber mais meio milhão de euros (€500.000,00) por ano, todavia o lixo continuava junto aos contentores e ecopontos. Considerava que a Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A. podia celebrar um contrato com a Taviraverde para efetuar recolha, pois se não havia capacidade para o fazer, deveriam arranjar outra equipa, uma vez que, visivelmente, não tinha um bonito impacto. -----

--- Naquele sentido propôs uma maior sensibilização, uma fiscalização junto dos consumidores para que houvesse uma maior recolha e entrega dos produtos. Deixava aquele alerta, à Presidente da Câmara Municipal para que interviesse na qualidade de Presidente da Taviraverde, E.M. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que registava o apelo, no entanto iria fazer um pequeno enquadramento para que melhor se percebesse as competências de cada entidade. -----

--- Disse que existia o lixo indiferenciado e o lixo diferenciado. O lixo diferenciado era composto por recicláveis cuja competência era da Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A. (Algar), a empresa que fazia a recolha não sendo essa uma competência da Taviraverde. Já tinham efetuado várias notificações à Algar, que estava com um péssimo serviço desde que tinha sido privatizada pelos governos do PSD, pelo que era completamente contra à privatização daquelas empresas de serviços essenciais, denotando-se que desde então o nível do serviço prestado pela empresa tinha decrescido muitíssimo, piorando no ano de 2022, sendo que o problema não existia apenas em Tavira mas em todos os concelhos do Algarve. -----

--- Referiu que quando tinha iniciado funções na Câmara Municipal de Tavira, a Algar era uma empresa na qual os municípios participavam em quarenta e dois ou quarenta e quatro por cento (42% ou 44%), não tinham a maioria mas recebiam dividendos sendo que a empresa tinha lucros, todavia desde então tinham vindo a assistir a milhões de prejuízo e uma péssima prestação de serviços. -----

--- Acrescentou que, no entanto, e na qualidade de Presidente da Taviraverde, tinham encontrado uma solução que já vinha de anteriores executivos, em que tinha sido celebrado um protocolo entre a Taviraverde e a Algar, em que apesar de tudo a Taviraverde ainda efetuava alguma recolha, porque se não o fizesse o problema seria muito maior, e o pagamento não era efetuado pela Câmara Municipal, dado que os recicláveis não eram competência da Taviraverde, apenas a recolha de monos, apesar da equipa dessa recolha ser a mesma que assegurava a prestação de serviços o que originava, por vezes, algum atraso na recolha de monos nas casas das pessoas que requisitavam o serviço. -----

--- Relativamente ao meio milhão de euros (€ 500.000,00) concedido à Taviraverde, não era para efetuar a limpeza da recolha de lixo, mas sim para a limpeza de varredura mecânica, manual, limpezas de ruas, entre outras. Não podiam baralhar conceitos e colocar tudo no mesmo patamar, cada um tinha as suas competências pelo que agia nesse âmbito. -----

--- Continuou dizendo que também não gostava de ver o lixo e que a Vereadora Sónia Pires tinha mais de uma dúzia de *emails* e comunicações com reclamações, sendo que tinha



efetuado vários contactos, inclusivamente, com o Administrador da Algar, que lhe tinha referido que não tinham capacidade. Uma situação referida pela Algar, que acontecia no verão, nomeadamente em Santa Luzia e Cabanas, devido aos estacionamento, era que o camião ao tentar efetuar a recolha se deparava com viaturas estacionadas que impediam a sua execução, o que significava que no dia seguinte estaria muito pior. Para atenuar aquela situação tinham solicitado apoio á GNR – Guarda Nacional Republicana, pelo menos naqueles locais mais turísticos.-----

--- Referiu ainda que era importante esclarecer, que embora descontente com aquela situação, Tavira tinha estado muito à frente maioria dos concelhos, e que apesar de ter sido o pior ano de sempre, a Taviraverde tinha efetuado o trabalho que tinham protocolado com a Algar a troco de apenas alguns euros e que não eram pagos pela Câmara Municipal.-----

--- **O Deputado Municipal José Mateus**, Presidente de Junta de Freguesia de Tavira, cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e a respetiva Mesa, os deputados municipais, os presidentes de junta, o Executivo Municipal e a Presidente da Câmara Municipal, Ana Paula Martins, os serviços de apoio e todo o público presente e que seguia através das redes sociais. -----

--- Procedeu à leitura do seguinte documento: -----

--- *“É inquestionável que as Juntas de Freguesia, enquanto autarquias locais, assumem uma maior proximidade com as comunidades, o que lhes permite atribuírem-se um papel de canal preferencial de relacionamento com o cidadão. -----*

--- *O Presidente de Junta de Freguesia é o ator do poder político mais próximo das pessoas, dos problemas concretos e da realidade tal como ela é. A proximidade traduz-se num melhor serviço, mais adequado às necessidades e mais coerente com a realidade. -----*

--- *O Presidente de Junta conhece cada palmo do seu território e sabe o que sente, o que faz e aspira cada um dos seus fregueses. Tem que estar disponível para ouvir as pessoas, perguntar-lhes e perceber-lhes as suas necessidades, agir para ir ao encontro de soluções que favorecem o seu território e abranjam interesses da sua população. -----*

--- *O Presidente de Junta também sabe que este, não é trabalho de um homem só, é um trabalho de equipa, de um executivo e de uma assembleia de freguesia, mas também de uma essencial boa equipa de colaboradores tanto de secretaria, como do exterior. -----*

--- *Os autarcas das juntas de freguesia têm percorrido um caminho árduo e espinhoso na procura, legítima, do reforço das suas competências e instrumentos económicos e financeiros que lhes permita a resolução dos problemas que afligem os seus fregueses. -----*

--- *Se na década de 80 praticamente eram ignoradas e subalternizadas, no final da década de 90 deram-se os primeiros passos para a afirmação e dignificação do seu papel.-----*



--- A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, acrescentou algumas competências, mas os recursos não foram proporcionais. -----

--- A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, ampliou muito significativamente as competências das Freguesias e o Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, concretizou a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias confirmando os respetivos recursos financeiros. -----

--- Assistiu-se à afirmação do papel das juntas de freguesia como polos essenciais da democracia de proximidade. -----

--- Neste contexto quero realçar:-----

--- 1. O relevante papel assumido pela Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Dr.ª Ana Paula, que com imparcialidade e pensando sempre no que é melhor para os seus munícipes reforçou, de forma indiscutível, os recursos financeiros, patrimoniais, técnicos, humanos e competências para as juntas de freguesia do concelho de Tavira; -----

--- 2. Digo ainda, Sr. Presidente da AM, a contínua disponibilidade da Dr.ª Ana Paula em ouvir os Presidentes das Juntas de Freguesia e procurar as soluções possíveis para os problemas que lhe são colocados;-----

--- 3. A minha experiência enquanto Presidente de Juntas agregadas (Santa Maria e Santiago) permite-me afirmar a utilidade na união de freguesias, esta realidade permite o aumento das atribuições e competências, dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos das mesmas. ---

--- Esta realidade permite aumentar a capacidade de intervenção da junta de freguesia, cria autonomia nos seus serviços deixando de estar dependente dos serviços da Câmara Municipal, e dos seus equipamentos, provoca ganhos de escala e de eficiência com melhoria substancial dos serviços prestados à população. -----

--- Fragmentar juntas é não pensar no interesse das populações já que as transferências de competências são diferenciadas em função da natureza e dimensão das freguesias, considerando a sua população e capacidade de execução". -----

--- Terminada a leitura, agradeceu à Presidente da Câmara Municipal, que tinha reforçado as verbas e as competências das juntas de freguesia, sendo que se sentia haver ganhos de qualidade, eficiência e rapidez nos serviços prestados à população e pela confiança depositada nas juntas de freguesia. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que valorizava bastante as freguesias e o trabalho dos presidentes de junta, principalmente num concelho como o de Tavira, com uma freguesia maioritariamente no litoral, como o Presidente da Junta de Freguesia de Tavira tinha referido, mas também com um vasto território na serra. Valorizava imenso o trabalho efetuado sobretudo nos lugares mais longínquos da sede de freguesia, em que os presidentes



se multiplicavam com arranjos de caminhos, com pedidos de iluminação pública, com pequenos transportes para a sede de freguesia, fazendo um trabalho de proximidade que tinha que ser valorizado. -----

--- Tinha pena que tivessem ganhado competências e não o pacote financeiro associado. No âmbito da Legislação tinham recebido um conjunto de competências cujo valor a atribuir a cada uma pelo Governo constava no Mapa 13 no entanto aquele valor não era suficiente para fazer face às competências recebidas, o que obviamente, era de lamentar. Depois de praticamente dez anos com a existência dos Acordos de Execução, no ano transato aqueles Acordos tinham sido revistos, ao abrigo da nova Lei de delegação de competências para as freguesias.

--- Reiterou que a proximidade era importante e parabenizou todos pelo trabalho efetuado, sobretudo os que estavam mais distantes. Disse que concordava que a agregação das freguesias tinha algumas vantagens nomeadamente em termos económicos e financeiros, todavia a desagregação era uma vontade das freguesias que a Lei atual permitia desde que se verificassem um conjunto de critérios. Tratava-se de um processo que também dependia das populações, todavia ela via algumas vantagens em termos de economias de escala que se podiam ganhar com os meios humanos, financeiros, equipamentos e, afirmou que sempre que pudesse estaria disponível para colaborar. Das competências detidas pela Câmara Municipal que fizessem mais sentido estarem nas freguesias também podiam evoluir para outro tipo de contratos interadministrativos, dado que, por vezes, a proximidade permitia que as freguesias fizessem um melhor trabalho. -----

--- Parabenizou todos pelos caminhos arranjados e bermas limpas, pelas pequenas reparações nas escolas e restante trabalho efetuado, e agradeceu proximidade que os presidentes tinham com as suas populações e também com a Câmara Municipal. -----

--- **A Deputada Municipais Jovita Ladeira** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e os deputados municipais, referindo que em setembro tinham iniciado as aulas e importava fazer um balanço do início de ano escolar. O foco tinha sido colocado fundamentalmente na falta de professores, em determinados grupos de recrutamento, que efetivamente era um problema existente e que se iria agravar porque o número de aposentações iria aumentar conforme descrito no estudo do Conselho Nacional de Educação e havia uma redução do número de novos docentes. Nas últimas duas décadas, dez mil (10.000) docentes tinham desistido da profissão e o número de alunos inscritos em cursos superiores de educação tinha diminuído setenta por cento (70 %), o que era significativo e implicava a responsabilidade de todos porque a educação não devia de ser vista como uma guerra política, mas como um pacto de regime, em que tentassem encontrar soluções, medidas estruturais e de fundo que



permitissem garantir a qualidade de ensino e a existência de professores para todos os grupos de recrutamento. -----

--- No entanto havia outra realidade que ficava na penumbra e que ninguém falava ou falavam muito pouco, mas como professora considerava que tinha obrigação de o mencionar. Referia-se à falta de professores por baixa médica que era uma realidade difícil de controlar devido ao desgaste e se os professores estavam de baixa médica, certamente era porque necessitavam, verificando-se que no ano letivo anterior tinham sido colocados vinte e sete mil (27.000) horários em regime de substituição durante o ano, o que significava vinte e sete mil (27.000) baixas médicas e oitenta e sete, vírgula cinco por cento (87,5 %) de absentismo, devido àquelas baixas médicas. Mencionou que o Governo já tinha tomado uma posição, sendo que inicialmente apenas poderia ser pedida a substituição de professores após trinta (30) dias de baixa médica porém a partir do próximo mês de outubro passava a ser possível pedir a substituição após o décimo segundo (12.º) dia o que poderia ajudar a colmatar um pouco aquela realidade. -----

--- Disse também que o foco tinha sido a falta de professores, mas existia um conjunto de medidas que ficavam na penumbra e que mereciam ser citadas, como era o caso do Programa Nacional da Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) que continha um conjunto de medidas muito importantes na pós-pandemia, nomeadamente, planos de desenvolvimento pessoal e social e recuperação das aprendizagens dos alunos, o Plano 21123 Escola+, Plano de Recuperação de Aprendizagens, a contratação de novecentos (900) técnicos a nível nacional e a existência de terapeutas ocupacionais nas escolas. Referiu também a existência de psicólogos, fisioterapeutas e terapeutas da fala, em algumas escolas o que considerava fundamental para uma escola pública de qualidade, sendo o caminho certo a seguir com passos certos. Mencionou ainda a existência de tutorias, mentorias, equipas multidisciplinares de apoio à inclusão e um Centro de Apoio à Aprendizagem em cada Agrupamento. Aquele era o contexto a nível global, a nível do país. -----

--- Acrescentou que o Poder Local tinha um papel determinante na escola pública, pretendendo centrar a sua intervenção no assunto, considerava que o Poder Local, o Município, a Câmara Municipal poderia ser determinante para melhorar a escola pública. A Câmara Municipal de Tavira investia cerca de três milhões de euros (€ 3.000.000,00) anualmente, o que passava despercebido junto da população, mas cujos valores se encontravam vertidos num investimento variado como os transportes escolares, bolsas de estudo, kits escolares fornecidos aos alunos, o que tinha implicações na redução dos gastos das famílias os manuais, os lápis, as borrachas e as refeições escolares que nos dois últimos anos de pandemia tinham sido totalmente gratuitos. Referiu também o apoio vertido na fruta



escolar, os apoios às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), apoios às atividades de animação e de apoio à família, apoio financeiro para os programas de cooperação, apoio ao Centro de Ciência Viva, existindo uma panóplia de investimentos diários de intervenção, porque três milhões de euros (€ 3.000.000,00) anualmente não era um valor baixo e muitos municípios não tinham aquele tipo de investimento. Tavira revelava que uma das apostas dos últimos anos, era educação, uma aposta séria, certa e correta, que considerava ser apoiada por todos os partidos presentes e certamente não votariam contra propostas daquela natureza que pudessem passar pela Câmara Municipal. -----

--- Questionou a Presidente da Câmara Municipal conjuntamente com a bancada do PSD, por considerar que todos os deputados municipais de todas as bancadas pretendiam saber, qual era o ponto de situação de descentralização de competências, uma vez que de acordo com informações prestadas por quem estava no terreno, estariam a correr bem, mas gostaria de saber como estava a decorrer o processo. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que investir na educação era investir no futuro do concelho, sendo um investimento mais do que válido e prioritário, como a questão da Ação Social e da Inclusão, com todo o trabalho que tem sido efetuado de pinturas dos Bairros Sociais, entre outros, que também considerava contribuir para essa inclusão, para que as pessoas entendessem os Bairros Sociais como locais onde seja normal conviver e onde não existam estigmas, continuando a apostar na educação, existindo concursos de empreitadas a decorrer, nomeadamente a revisão do projeto da Escola de Santa Catarina da Fonte do Bispo, que seria a próxima a ser intervencionada. -----

--- Referiu que também já estava lançado o procedimento, tantas vezes mencionado na Assembleia, para arranjo dos balneários da Escola D. Manuel I, bem como pinturas e mais alguns arranjos na EB 1 da D. Manuel I. Existia ainda a EB 1 da Estação para reabilitar, sendo que continuavam a traçar um caminho de modo a dar condições aos alunos.-----

--- Acrescentou que continuavam a apostar nas fichas, nos *kits*, e que, para o efeito já tinha lançado um repto ao Conselho Municipal de Educação, para que, no ano seguinte poderem avançar com os livros de fichas, eventualmente para o segundo ciclo e posteriormente para o terceiro ciclo. Assim, iriam tentar junto dos agrupamentos para que manifestassem, quais os alunos que utilizavam os livros, de modo a perceberem se valia a pena o investimento.-----

--- Disse também que havia uma novidade, a introdução da Educação Física no primeiro ciclo o que aconteceria pela primeira vez e que era um grande desejo de há muito tempo, iriam implementar no primeiro ciclo, incluído no programa de promoção da atividade física, que iria ser retomado.-----



--- Mencionou que estava a ser equacionado, sem decisão ainda devidamente amadurecida, poderem oferecer as refeições escolares no primeiro e outros ciclos no âmbito de algum pacote de apoio às famílias. Uma vez que tinham aquelas competências e embora sendo um esforço grande para o município, estavam a avaliar e tentar encaixar em orçamento, pois considerava importante, num momento difícil de inflação, poderem dar algum contributo às famílias.-----

--- Prestava aquelas informações porque considerava que o público também queria saber como estava a decorrer a delegação de competências, sendo que estavam a trabalhar em parceria com os agrupamentos, pois entendia que deveria ser feito daquela forma, subdelegando nos diretores uma parte considerável das competências, praticamente tudo, o que lhes dava alguma autonomia, dando-lhes o poder mas também o dinheiro, precisamente para que eles o pudessem gerir e quando chegasse o final do ano apresentariam um relatório sobre a forma como o tinham gasto, se era suficiente ou não, caso contrário teriam que solicitar mais verbas ao Governo. Iriam proceder àquela avaliação, tanto na saúde como na educação. -----

--- Nas escolas surgiam questões frequentes para solucionar, dando como exemplo, a necessidade de alugar um módulo, vulgo contentor, para uma sala de aula adicional, dado que existia mais uma turma de quinto ano e para que os alunos não saíssem às 17:30h ou às 18:00h. Embora com todos os procedimentos de contratação pública necessários, tinham conseguido efetuar a adjudicação e a grande maioria dos alunos já estava a sair às 16:00h, o que era uma situação também benéfica para as famílias, para que as crianças não estivessem tantas horas na escola, sendo que considerava aquele um caminho construtivo de modo a dar soluções para uma educação de maior qualidade. -----

--- Terminou dizendo que também contava que o Governo encontrasse uma solução para a falta de professores, uma classe envelhecida, sendo o caminho que queriam fazer, considerando a educação uma prioridade ao longo do tempo e continuaria a ser. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Margarida Baioa** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, as secretárias da Mesa da Assembleia, o Executivo Municipal, os serviços de apoio , os colegas deputados municipais, o público em geral e todos os que ouviam casa. -----

--- Deixou uma nota relativamente à sua satisfação pela realização da recuperação da reabilitação dos balneários da Escola D. Manuel I e referiu que na parte desportiva, a falta de condições dos balneários tinha condicionado a realização de jogos na Escola. -----

--- Referiu que iria ser uma das contempladas a lecionar no contentor e, posteriormente diria se as condições seriam adequadas, não obstante fazer sempre o seu melhor. -----



--- Disse que os professores tinham vindo a ter um grande desgaste ao longo dos últimos anos e não tinha sido o PSD o culpado daquela situação. A Doutora Maria de Lurdes Rodrigues foi a primeira pessoa a causar danos na profissão, tinha sido Maria de Lurdes Rodrigues ao iniciar uma distinção entre os professores que tinha levado a criar uma grande luta entre a classe, que, com o tempo, se tinha vindo a agravar. Apesar de ter sido revogado, tinha-se mantido toda uma burocracia em termos de relatórios, com muitos documentos para preencher, sendo que os professores apenas pretendiam ensinar nas devidas condições todavia o tempo de preparação das aulas era limitado. Podiam congratular-se com tudo o resto, no entanto os professores passavam muito tempo, muitos fins-de-semana sem dar apoio à família para poderem preparar aulas em condições e ainda mais com a transição digital para os alunos, especialmente no concelho de Tavira, que estava muito à frente de outras escolas, mas com o esforço dos professores e não com o apoio do Governo.-----

--- **O Deputado Municipal José Graça** disse que pretendia realçar duas situações nas quais o concelho também tinha sido preponderante principalmente com o envolvimento da sociedade civil e com a participação das autarquias locais. -----

--- Referiu que estava a chegar ao fim um trabalho desenvolvido pela Associação Natureza Portugal WWF - World Wide Fund for Nature, relativamente ao restauro das paisagens na Serra do Caldeirão concretizada através do programa plantar água, cujo centro nevrálgico tinha sido a Freguesia de Cachopo e as zonas ribeirinhas da Ribeira da Foupana, destacando o envolvimento de cidadãos e associações que não eram do concelho de Tavira, nem sequer do Algarve, mas também o trabalho extraordinário efetuado de angariação de mecenato a nível internacional para concretizar aquele trabalho. Considerava de bom-tom dar nota do trabalho efetuado no concelho de Tavira, manifestando vontade de continuar, mas também o envolvimento das autarquias particularmente do Município e da Freguesia de Cachopo.-----

--- A outra questão referia-se a uma deliberação tomada pela Comissão de Proteção Civil da Região do Algarve relativamente à situação da Covid, terminando às 23:59h daquela sexta-feira a situação de alerta relacionada com a Covid19 a qual tinha determinado não propor e avançar com a manutenção do Plano Distrital de Emergência e Proteção Civil mas, em simultâneo manter em funções a Subcomissão Regional de Proteção Civil Covid19, o que considerava ter sido uma decisão de bom senso, dado que apesar dos índices estarem muito mais baixos deveriam ser mantidos alguns cuidados, e adotar e manter práticas adotadas ao longo dos últimos dois anos. -----

--- Finalmente, e ainda sobre aquela matéria lembrou e citou o Voto de Congratulação que tinha sido aprovado pela Assembleia Municipal havia pouco mais de um ano, relativamente ao envolvimento de todos os serviços públicos, forças e serviços de segurança, autarquias locais,



no combate à Covid19, referindo que tudo o que tinha acontecido há um ano e meio atrás, atualmente ainda se justificava, lembrando e reforçando aquele voto de elogio que tinha sido aprovado por unanimidade em Assembleia Municipal. -----

--- Portugal tinha enfrentado, com relativo sucesso, uma luta contra a qual não estavam completamente preparados nem à espera que acontecesse. Passados cem (100) anos da pneumónica que tinha afetado de uma forma dramática todo o país, mas principalmente as zonas litorais do Algarve, considerava que tinham conseguido enfrentar a Covid19 com relativo sucesso e aprendido com as lições que aquela situação tinha oferecido. -----

--- Terminou dizendo que pretendia deixar aquele voto, e congratular a decisão da Comissão Regional de Proteção Civil, mas em simultâneo reiterar o voto de louvor a todas as pessoas que tinham estado envolvidas naquele trabalho na região do Algarve e, particularmente, no concelho de Tavira. -----

--- **O Deputado Municipal Gonçalo Santos** cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal de Tavira e restante Executivo Municipal, o Presidente da Mesa da Assembleia restantes membros, a todos os deputados municipais, serviços de apoio da Câmara Municipal, público presente e a todos os que acompanhavam via redes sociais. -----

--- Referindo-se às palavras do Deputado Municipal David Martins, congratulou o Executivo Municipal pelo verão que Tavira tinha vivido, embora a questão que se prendia com o fim do verão era o que fazer nos tempos seguintes. Considerava que Tavira não podia ser só o verão para visitantes pois também tinham o inverno e Tavira também precisava de viver naquela altura do ano. Em pleno inverno, pelas cinco ou seis da tarde, tinham uma Tavira deserta, pelo que era necessário tentar mudar aquele estigma, pois existia uma economia que precisava de sobreviver naquela altura do ano. -----

--- Salientando a parte desportiva, questionou o ponto de situação do processo do Campo de Jogos do Ginásio Clube de Tavira. Tinha-se iniciado a época 2022/23 e já estavam equipas a treinar começando a jogar brevemente. Referiu que gostava de saber o ponto de situação relativo a uma situação que a Presidente da Câmara Municipal tinha mencionado na sessão da Assembleia Municipal realizada da Luz Tavira, onde tinha dado a conhecer alternativa de fechar ou cobrir o polidesportivo de Santa Luzia de forma a ser possível iniciar-se a intervenção no Pavilhão Municipal da Luz de Tavira e simultaneamente da respetiva pista de atletismo. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que no inverno também existia bastante programação, com a preparação da música nas igrejas, o São Martinho e convidou todos a regressarem à Feira de São Francisco passados dois anos. Acrescentou que pensava que conseguiriam manter programação cultural constante quando o Cineteatro estivesse a funcionar. -----



--- Relativamente à parte desportiva, o Campo de Jogos do Ginásio, a empreitada estava lançada, sendo dividida entre as torres de iluminação que iriam ter um projeto à parte, e a substituição do relvado e bancadas que iriam ser demolidas, sendo colocadas bancadas amovíveis porque as existentes já não tinham condições. Estava a decorrer um concurso na plataforma eletrónica de contratação pública, em fase de erros e omissões, tendo como objetivo iniciar a obra o quanto antes de modo a, pelo menos, concluírem o arrelvamento que seria o que estava em pior estado. Seguidamente avançariam com o processo das torres, que careciam de substituição de toda a infraestrutura elétrica.-----

--- Quanto ao encerramento do Pavilhão do Polidesportivo de Santa Luzia, estavam a trabalhar no projeto com o arquiteto José Conceição, sendo que ainda não existia uma versão final, nem custos associados, o que contava estivesse concluído até final do ano. Quanto ao Pavilhão da Luz de Tavira, estava a decorrer um procedimento para a elaboração de uma avaliação do reforço estrutural, em fase de caderno de encargos, uma vez que o mesmo tinha um problema estrutural e também necessitava de pinturas. -----

--- Quanto à pista, estavam a avançar, existindo alguma perceção de que aquele terreno poderia ter muita pedra, o que teria de ser considerado no projeto. Estavam a avançar com o estudo de geologia do terreno para saber se existiria realmente pedra, ou não, no local para onde estaria prevista a pista e o campo de jogos, pois era necessário fazer primeiramente aquela avaliação.-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias**, Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo cumprimentou o Presidente e a Mesa da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal, os colegas deputados municipais e todos os munícipes. -----

--- Salientou que a Associação Natureza Portugal WWF - World Wide Fund for Nature, não tinha abandonado o território, nem Cachopo, pois tinha assinado há cerca de quatro ou cinco meses um novo termo de futuras parcerias para desenvolver mais projetos na Serra do Caldeirão pelo que se podia denotar a sua importância naquele território atualmente.-----

--- Congratulava-se ao tomar conhecimento de que os relatórios de execução das competências serviam para avaliar a falta ou o excesso de verbas e questionou a Presidente da Câmara Municipal, para quando seria a consulta aos presidentes de junta relativa ao Plano Diretor Municipal (PDM), dado tratar-se de um documento que muito podia contribuir para o desenvolvimento do interior da serra.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que estavam a trabalhar nas aprovações da carta da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN), para o que existiam algumas propostas de desafetação de áreas o que tinha sido discutido com as entidades, existindo uma primeira proposta apresentada na primeira Comissão relativamente



à qual tinham obtido alguns pareceres. Estavam a trabalhar um pouco mais na proposta, que tinha obtido pareceres condicionados sendo que antes da versão final iriam apresentar aos presidentes de junta e ao Executivo Municipal as versões, porém naquela data ainda não tinham parte final. Referiu que na semana anterior tinha reunido com a equipa que apoiava o Município, havendo decisões a tomar relativamente aos planos de urbanização, como exemplo Cachopo que tinha um Plano de Urbanização e tendo que decidir se o mesmo se manteria ou não.-----

--- Disse que o PDM contemplava o Centro de Meios Aéreos e o Parque de Autocaravanismo, no entanto existiam algumas limitações que as entidades tinham colocado relacionadas com a nova legislação dos solos no sentido em que os terrenos que não estavam infraestruturados deixassem de ser urbanos e passarem a ser rústicos. Contudo, reiterou que assim que existisse uma proposta mais consolidada, a poderiam apresentar.-----

--- **A Deputada Municipal Sónia Margarida** cumprimentou a Mesa da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal, os colegas deputados, o público em casa e presente e os serviços de apoio à sessão.-----

--- Disse que não tendo intenção de ser repetitiva mas referindo as palavras do Deputado Municipal David Martins e acrescentado as do Deputado Municipal Gonçalo Santos, mencionou que considerava importante dizer que efetivamente o verão em Tavira tinha decorrido de uma forma fantástica, não apenas em Tavira mas em todo o Algarve, pois como já tinha sido referido Tavira estava “na moda” o que se deveria manter no verão mas também no inverno. O inverno era longo, mas Tavira tinha muitas condições para ter um inverno ainda que não tão preenchido quanto o verão, que era a estação com o expoente máximo de turistas, mas tinha muitas condições para ter um inverno igualmente bom. Acrescentou que existia oferta estruturada, uma oferta consolidada, produto, pelo que tinham que pensar mais além, em vez de serem realizados eventos apenas no verão, em que havia muita sobreposição de eventos e que acabavam por se manter apenas na chamada época alta. Era algo que acontecia um pouco por todas as freguesias, pelos núcleos citadinos acabando por estar tudo muito aglomerado no período do verão. -----

--- Disse que deviam considerar continuar a apostar nos produtos que faziam o sucesso do inverno como o golf, um produto já consolidado, mas que existia muita outra oferta que era necessária explorar, sendo necessário trabalhar para tornar mais fácil quem procurasse outros destinos ou outra oferta complementar à cultural, ao sol e ao mar, ao golfe e percebesse que existia em Tavira. Era preciso sensibilizar também o setor hoteleiro, a restauração porque efetivamente no inverno era usual ver-se a restauração e hotelaria fechada, as ruas desertas, eventos mais concentrados ao fim de semana, eventos mais de cariz cultural. Considerava que



se devia apostar e repensar em termos de património arquitetónico e cultural, na natureza e na ria, referindo que a ria não era muito valorizada, no entanto haviam imensas coisas que se podiam fazer, pelo que julgava que deviam começar a pensar e a trabalhar cada vez mais no inverno porque o verão já estava em vantagem. -----

--- Mencionou outra questão que também se prendia com o turismo, a mobilidade, referindo que no verão tinham uma cidade estrangulada pelo estacionamento, especialmente no centro, onde existia pouco estacionamento não tarifado e poucas alternativas fora dele. -----

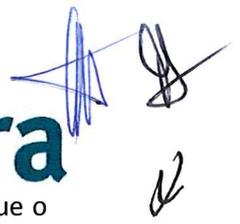
--- Continuou dizendo que o serviço urbano de transporte rodoviário, o Sobe e Desce, não estaria a funcionar bem em pleno no início do ano escolar, dado se terem verificado alguns contratempos com o autocarro que realizava aquele serviço, nomeadamente no início das aulas em que o motorista se teria recusado a parar em determinadas paragens alegando que o autocarro já se encontrava praticamente lotado. -----

--- Disse que a informação transmitida aos utentes, não tinha sido a mais correta, referindo-se em particular à carreira a funcionar no horário das 7h25m, que era a hora de maior lotação com os alunos a entrarem às 8h10m nas escolas, por via de uma reformulação de horário e a eliminação de algumas paragens habituais como tinha sido o caso da paragem da Avenida Zeca Afonso e junto à entrada da Escola D. Paio, que também não tinha sido comunicada a algumas crianças. Naquela data estaria a funcionar um autocarro do Sobe e Desce, apoiado por uma carrinha de nove lugares da Câmara Municipal que levava os alunos diretamente à Escola D. Manuel I e o Sobe e Desce fazia então o restante percurso. O horário já se encontrava atualizado, no entanto ainda não estava afixado em todas as paragens de autocarros havendo utentes, especialmente crianças, com algumas dificuldades na questão dos horários, das paragens e do transporte a apanhar, o autocarro ou a carrinha. -----

--- Questionou se o serviço assegurado pela EVA Transportes, S.A., previa outra solução, nomeadamente a utilização de um autocarro maior ou se ia manter o mesmo que tinha suprimido uma necessidade de início de aulas e que considerava não ser a solução indicada.----

--- Colocou outra questão relacionada com o estacionamento junto aos terminais rodoviários, especialmente junto à Estação Ferroviária de Tavira, dado que cada vez mais existiam pessoas a recorrer aos transportes públicos para se deslocarem para os seus trabalhos sendo que não existiam ali locais de estacionamento para deixar as suas viaturas durante todo o dia. Questionou se a Autarquia teria alguma solução estudada ou pensada para colocar brevemente em prática.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que o autocarro existente era o acordado na concessão com os Transportes Urbanos de Tavira -TUT, que especificava o tipo de autocarro.,



todavia tinha colocado uma exigência na atual concessão para que este fosse maior do que o anterior que ainda era mais pequeno. -----

--- Disse que no início do ano escolar era comum levarem uma semana ou duas com algumas dificuldades a acertar horários, quer do Sobe e Desce, quer, inclusivamente, das carrinhas, e no primeiro dia infelizmente havia sempre algum aluno que ficava por terra ou outro que ia noutra circuito, situações que iam sempre tentando melhorar. A situação que a Deputada Municipal Sónia Margarida tinha referido estava relacionada com aquele-ajuste efetuado nos horários. Na Escola D. Manuel I os alunos tinham começado a entrar um pouco mais cedo, sendo que cada vez mais utilizavam aquele-meio de transporte pelo que, obviamente que na próxima concessão teriam que optar por um autocarro maior. -----

--- Naquela data, com o autocarro que tinham a funcionar era necessário efetuar alguns ajustes de horários nos dois circuitos, o que originava uns ligeiros minutos de diferença entre paragens que julgava estarem consolidados sendo que o mesmo acontecia com as carrinhas. Era uma situação frequente no início das aulas, existindo uma viatura da Câmara Municipal para apoiar o Sobe e Desce quando não havia capacidade no autocarro. Na última concessão a questão tinha sido ultrapassada com um autocarro maior, mas certamente que existiam mais crianças a utilizar o autocarro dado que ia crescendo a afluência, bem como a cidade que ia crescendo para fora do centro, havendo a necessidade de rever na nova concessão para autocarros maiores e eventualmente elétricos.-----

--- Relativamente ao estacionamento disse não haver efetivamente muitos estacionamentos naqueles locais. Sendo áreas perfeitamente consolidados da cidade, não era fácil encontrar soluções para aqueles locais, reconhecendo que existia alguma falta de estacionamento. No entanto se não existisse estacionamento tarifado, ninguém estacionava no centro da cidade, no verão, porque os serviços ocupavam o estacionamento na baixa, situação que se tinha agravado pelo facto de ter havido uma cedência da posição contratual da empresa para a nova e durante dois ou três meses, enquanto decorria a instalação e não havia cobrança, as pessoas que trabalham nos serviços, como a banca ou as finanças, sabendo da situação deixavam as suas viaturas estacionadas todo dia. -----

--- Não tinha nenhuma alternativa prevista, poderia existir uma opção se naquela área tivesse avançado a construção do Centro Intermodal, que estava previsto na sequência da eletrificação da linha, o que não tinha acontecido e de acordo com os pareceres emitidos sobre o assunto não haveriam muitas hipóteses de avançar. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que iria dar início à Ordem do Dia, com a apreciação da informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal. -----



--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que não tinha faltado atividade mencionando as exposições patentes no Museu Islâmico, da Dieta Mediterrânica, na Ermida de São Roque, numa parceria com o Museu Zero e ainda a exposição da artista Gabriela Albergaria “*A Natureza Detesta Linhas Retas*”. Enumerou vários concertos e vários colóquios destacando “*Coloquiando em Torno de Balsa*”, alguma programação do Núcleo da Associação José Afonso, em Cabanas e ressaltando o trabalho da Junta de Freguesia de Cabanas, que tinha animado a Freguesia durante o verão. A conversa com autores que tinha acontecido na Biblioteca Municipal, o Festival de Coros, as audições de dança na Praça da República e as festas nas freguesias. -----

--- No desporto destacou as várias maratonas futsal, a Master Classe de zumba, a prova de natação no rio e na Ilha de Tavira, os passeios de Cicloturismo, o segundo Triatlo da cidade de Tavira, organizado pelo Clube de Vela de Tavira, que tinha comemorado o seu quadragésimo sétimo (47^º) aniversário, o passeio convívio com ciclistas profissionais da Academia do João Rodrigues e ainda o evento realizado nas quatro águas do Algarve Sunset Ride com os praticantes de cycling. -----

--- Referiu os Arraiais do Dia da Cidade, o concerto de Gisela João, o Verão em Tavira com a representação de vários espetáculos do Cenas de Rua que tinha integrado o Verão em Tavira, o Fado e o Jazz no Jardim do Coreto, os concertos realizados no parque do Palácio da Galeria, os The Gift, Diogo Piçarra, Dino d’Santiago e Maro, os espetáculos na Praça da República com a Orquestra Clássica do Sul, a Orquestra de Jazz do Algarve e as várias escolas de dança do concelho, bem como o Rancho Folclórico de Tavira e as bandas no dia 1 de Setembro, Dia Nacional das Bandas. -----

--- Tinham-se realizado várias Mostras, como a de cinema e de artesanato, agradecendo às associações de artesanato locais a participação, a Feira do vinho, a Feira do Livro, a Feira dos Ofícios das Antiguidades e a Feira de Stocks. Nas freguesias tinham-se realizado várias Feiras, Festas Tradicionais e Festivais de Folclore. -----

--- A Feira da Dieta Mediterrânica tinha contado com a presença da Ministra da Coesão Territorial e também com as diversas programações realizadas em vários palcos realçando que no corrente ano a Feira tinha crescido um pouco para a Rua José Pires Padinha. -----

--- Tinham-se realizado ainda os Showcooking e os vários espetáculos com a Marisa, o Tomatito com o flamenco, Jorge Palma e Bárbara Tinoco. -----

--- Detalhou ainda as obras que se encontravam em procedimento de contratação, em curso e as concluídas, nomeadamente o Centro de Meios Aéreos de Cachopo, também em procedimento o Miradouro de Alcaria do Cume, as obras de conservação da Escola D. Manuel I, as obras de beneficiação na habitação social, a valorização do espaço exterior da Atalaia, a

intervenção na Praceta Diogo Mendonça Corte Real, a requalificação da Rua Capitão Jorge Ribeiro em Cabanas, também a decorrer a obra de conservação e restauro do património integrado da Igreja de Santa Maria e a reabilitação do Cine Teatro.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu o relatório semestral, confirmando que tinha sido rececionado por todos, e devolveu a palavra à Presidente da Câmara Municipal.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que era um documento eminentemente técnico, realizado pela Divisão Financeira da Câmara Municipal, com informação do Revisor Oficial de Contas (ROC), o qual pretendia informar a Assembleia Municipal quanto à forma como estava a ser gerido o orçamento municipal.-----

--- A execução da receita encontrava-se nos setenta e dois vírgula trinta e um por cento (72,31%), cujo aumento da receita em cerca de treze por cento (13%) representava aproximadamente quatro milhões e setecentos mil euros (€ 4.700.000,00) que estava associado sobretudo à receita do Imposto Municipal de Transmissões Onerosas (IMT), que estava a crescer, havendo outras receitas que estavam a diminuir. -----

--- O grau de execução da despesa estava perto dos trinta por cento (30%) tendo-se verificado uma redução da dívida que era inferior a cinco milhões de euros (€ 5.000.000,00), havendo margem para futuro endividamento em caso de necessidade de investimentos, sobretudo de investimentos estruturantes para o concelho. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** apresentou o ponto número um referente à **PROPOSTA DE AUDIÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO LIQUIDATÁRIO DA EMPET.**-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** referiu que a proposta era apresentada precisamente com a intenção de ser aprovada a deslocação do liquidatário da EMPET - Parques Empresariais de Tavira, EM, Limitada à Assembleia Municipal, considerando que a sua presença seria de todo o interesse para as contas do Município, para que se pronunciasse. Assim, a proposta apresentada, como já tinham referido na Assembleia Municipal anterior, seria para convocar nos termos do Regimento da Assembleia Municipal a audição do liquidatário.-----

--- **O Deputado Municipal José Graça** referiu que conforme já tinha sido abordado na Assembleia Municipal anterior, o pedido de audição deveria ter sido efetuado por escrito como tinha sucedido, e como também tinha sido referido quer pela Presidente da Câmara Municipal, quer pela bancada do PS na sessão da Assembleia Municipal realizada na Luz de Tavira, que gostariam de ver a situação da EMPET rapidamente esclarecida quer fosse em sede de Assembleia Municipal ou pelo Município, para que existisse o máximo de transparência em todo o processo e que também estivesse assegurada a transição de todo o passivo. -----

--- Naquele sentido a bancada do PS iria votar favoravelmente o pedido apresentado pela bancada do PSD de modo a que o administrador liquidatário fosse ouvido pela Assembleia Municipal.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA DE AUDIÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO LIQUIDATÁRIO DA EMPET, que foi aprovada por unanimidade.--**

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dois referente à PROPOSTA N.º 213/2022/CM - PROCEDIMENTO DE RECONHECIMENTO DE AÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM ÁREA DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN) PARA EXECUÇÃO DO CENTRO DE MEIOS AÉREOS DE CACHOPO. -----**

--- **A Presidente da Câmara Municipal propôs que passassem à proposta seguinte, deixando aquela para posteriormente ser apresentada em conjunto com as outras três, cujo assunto tinha o mesmo teor. -----**

---A proposta foi discutida posteriormente em conjunto com as propostas n.ºs 302/2022/CM e 303/2022/CM. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** referiu que a bancada do PS propunha exatamente que os três pontos relativamente ao Centro de Meios Aéreos de Cachopo fossem analisados em conjunto para que a Presidente da Câmara Municipal fizesse uma única intervenção sobre a matéria, a qual estava claramente interligada.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número três referente à PROPOSTA N.º 231/2022/CM - DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A CI - AMAL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE. -----**

--- **A Presidente da Câmara Municipal** mencionou que os vários diplomas da delegação de competências referiam algumas competências que passavam para a Comunidade Intermunicipal. No ano de 2019 a Assembleia Municipal tinha aprovado algumas das transferências, constantes no documento em causa, para a AMAL, sendo que o entendimento da AMAL seria, uma vez que teria efeitos definitivos a partir de janeiro de 2023, que as assembleias municipais se deviam voltar a pronunciar sobre o assunto. Assim, em alinhamento com a questão, a proposta referia a transferência de algumas competências referentes à promoção turística, às questões da justiça relativas aos Julgados de Paz, o domínio de projetos financiados por fundos comunitários e programas de captação de investimento, a competência- na área do domínio de apoio aos bombeiros voluntários, na área da educação, cuja questão das ofertas educativas para o território já estava a ser trabalhada pela AMAL, e ainda algumas competências na área da saúde e da ação social, para a AMAL. -----



--- Assim colocava à consideração as competências que naqueles diplomas iriam ser transferidas para as entidades intermunicipais, para que a Assembleia Municipal se pronunciasse sobre a transferência daquelas competências. -----

--- **A Deputada Municipal Maria Margarida Flores Alves** referiu que, enquanto cidadã, Deputada Municipal e Membro da Mesa da Assembleia Municipal se declarava impedida de participar e votar a presente proposta, ao abrigo do n.º 6, do artigo 55.º do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro, uma vez que uma das competências era na área da Plataforma Supraconcelhia, Órgão no qual, naquele momento, exercia funções de Presidente. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 213/2022/CM - Descentralização - Transferência de competências para a CI - AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número quatro referente à PROPOSTA N.º 288/2022/CM - PLANO MUNICIPAL PARA O BEM-ESTAR E PROTEÇÃO ANIMAL - VERSÃO FINAL.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que o documento em causa já tinha sido aprovado pela Câmara Municipal e tinha estado em discussão pública. Tinha sido elaborado pelos serviços municipais com a colaboração de algumas associações que trabalhavam na área do bem-estar animal. -----

--- Passava à Vereadora Sónia Pires, que juntamente com os serviços tinha trabalhado no Plano para resumidamente apresentar naquela que era a sua versão final.-----

--- **A Vereadora Sónia Pires** cumprimentou todos e transmitiu que o Plano tinha sofrido várias fases, nomeadamente consulta pública, reunião com associações e também tinham sido interpeladas várias entidades parceiras designadamente as entidades setoriais como a DGAV - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, o ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, entre outras, as Juntas de Freguesia indubitavelmente e outras consideradas essenciais para levar a cabo as várias medidas elencadas no documento.-----

--- Disse que o Plano tinha vários eixos, como a capacitação dos recursos humanos, o reforço da equipa do serviço ou dos serviços que iriam levar a cabo algumas das ações, ações de sensibilização da população, o reforço e aquisição de infraestruturas e a melhoria das existentes entre outras, e também a monitorização. O Plano trazia a oportunidade de elencar várias medidas que pretendiam levar a cabo em três anos, bem como a obrigatoriedade de terem relatórios anuais com evidências para a Presidente da Câmara Municipal e todo o Executivo Municipal, e posteriormente apresentar à Assembleia Municipal, que, obviamente,



era por excelência o órgão de fiscalização, por forma a poderem aferir o que estava a ser levado a cabo naquela área.-----

--- Referiu ainda que era algo que o Movimento Cívico há muito que vinha a exigir e também era uma forma transparente de mostrar à população o que pretendiam fazer naqueles três anos e posteriormente atualizá-lo e verter outras medidas, desde que as constantes no Plano já estivessem executadas. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que o Plano tinha como propósito dar a conhecer as intenções, nos próximos anos, quanto à questão do bem-estar animal, passando pela possibilidade de adquirir o prédio, propriedade da Sociedade Protetora de Animais. Existia uma questão administrativa a resolver, mas havia interesse por parte do Município na compra e do proprietário na possibilidade de venda. Acrescentou que naquela área já muito era efetuado, que por vezes não era tão evidente, mas com os referidos relatórios, depois de apresentados, passavam a ser do conhecimento de todos.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Baioa** deixou um alerta relativamente ao bem-estar dos animais de companhia e outros, a pensar também no bem-estar dos humanos que estavam à sua volta. Referiu a existência de um pequeno parque em frente ao Canil Municipal, um parque de lazer dos animais do canil, e ainda que se percebesse que deviam de ter acesso ao ar livre e algum exercício, a questão que colocava era sobre a existência de moradores junto ao parque que trabalhavam por turnos e não conseguiam descansar devido ao barulho normal e natural dos canídeos que o frequentavam, sendo necessário ter em conta e verificar o que se poderia fazer para melhorar a situação tanto para os animais como para os humanos que vivem à sua volta. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 288/2022/CM - PLANO MUNICIPAL PARA O BEM-ESTAR E PROTEÇÃO ANIMAL - VERSÃO FINAL, que foi aprovada por unanimidade.** -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal voltou ao ponto número dois, cuja discussão da proposta tinha sido adiada para quando da apresentação dos pontos cinco e seis referentes às seguintes propostas:**-----

--- **PROPOSTA N.º 213/2022/CM - PROCEDIMENTO DE RECONHECIMENTO DE AÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM ÁREA DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN) PARA EXECUÇÃO DO CENTRO DE MEIOS AÉREOS DE CACHOPO.**-----

--- **PROPOSTA N.º 302/2022/CM - SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DE CACHOPO E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MEIOS AÉREOS DE CACHOPO - APROVAÇÃO.**-----

--- PROPOSTA N.º 303/2022/CM - SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TAVIRA E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MEIOS AÉREOS DE CACHOPO – APROVAÇÃO. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal referiu que as três propostas estavam relacionadas com o Centro de Meios Aéreos de Cachopo, razão pela qual anteriormente não tinha desenvolvido o assunto e fez um enquadramento de toda a situação. -----

--- Disse que o Centro de Meios Aéreos de Cachopo resultava de uma candidatura de cooperação transfronteiriça, Programa Interreg, que integrava parceiros de Espanha, do Alentejo e do Algarve, entre os quais, Castro Marim, Loulé, Monchique. Com a Proteção Civil tinha surgido ainda no mandato do Presidente da Câmara Municipal, Jorge Botelho, por contacto com o Comandante Regional da Proteção Civil, Vítor Vaz Pinto, sobre a possibilidade de se fazer um Centro de Meios Aéreos em Cachopo, uma vez que existia desde o ano de 2004, uma pista a funcionar no verão, com o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios. -----

--- Mencionou que já anteriormente tinha existido uma candidatura para o Centro de Meios Aéreos de Cachopo cujo projeto que não tinha avançado por falta de verbas e, com aquela candidatura, aquele financiamento, o projeto iria ser retomado, precisando apenas de ser atualizado. -----

--- Tinham considerado que o projeto estaria elaborado, nomeadamente no que se referia às especialidades, porém quando tinham começado a rever o projeto, que era bastante antigo, tinham-se deparado com várias dificuldades. -----

--- A primeira estava relacionada com a ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil e com a questão dos corredores de aproximação, pois segundo a Aviação Civil, teria que haver condições para aterrar ali um helicóptero Kamov sendo que para que tal acontecesse o edifício tinha que estar numa determinada posição e os corredores de aterragem tinham que ser diferentes devido ao vento e ao impacto que causava quando aterrava e quando levantava. A ANAC tinha emitido parecer negativo tendo havido a necessidade do Município proceder ao levantamento da zona com um drone, que tinha tido um custo considerável, mais de trinta mil euros (€ 30.000,00), para a elaboração do corredor de aproximação. Entretanto a ANAC tinha transmitido que o Centro que estava a funcionar em Cachopo, com contentores, com estruturas amovíveis e com a pista existente, também não tinha condições, resultando na necessidade de rever todo o processo e aproveitar o levantamento já efetuado para que o Heliporto pudesse funcionar provisoriamente. -----

--- Posteriormente a Proteção Civil ao analisar o projeto do edifício tinha-se pronunciado no sentido de que este não preenchia os seus requisitos, havendo necessidade de elaborar um



novo projeto e, assim, uma candidatura realizada no ano de 2019 e que continha todas as peças para ser lançada a empreitada no ano 2020, tinha sido lançada dois anos mais tarde. -----

--- Durante a Assembleia Municipal realizada em abril, a Deputada Municipal Ana Rita Pacheco tinha questionado se o edifício estaria em consonância com o Plano de Urbanização (PU) de Cachopo, ao que a ela tinha respondido que sim, no entanto depois da questão levantada, tinha falado com os técnicos e concluído que existia um PU, um Plano Pormenor de Cachopo que efetivamente tinha previsto um estacionamento para aquele espaço e que no passado teriam havido conversações sobre a localização, no entanto, com a entrada em vigor do novo PDM no ano 2020, todos os planos iriam ficar sem efeito, considerando que o Plano tinha caído. -----

--- No entanto o Plano não tinha caído e com base no que a Deputada Municipal Ana Rita Pacheco tinha questionado, ela tinha conversado com os técnicos responsáveis e constatado que efetivamente havia um problema. A solução encontrada, depois de devidamente articulada com a CCDR Algarve – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, porque considerava que aquele equipamento era imprescindível para o concelho, existindo nos dois últimos anos uma equipa em permanência em Cachopo, com cinco homens e um autotanque, o que fazia toda a diferença porque um camião de bombeiros até chegar a Cachopo numa situação de incêndio com condições meteorológicas adversas, levava cerca de uma hora, sendo por isso imprescindível, à semelhança do que tinha acontecido no Cemitério da Luz de Tavira, tinha sido a suspensão parcial do Plano de Pormenor.-----

--- Perante a suspensão parcial do Plano de Pormenor aplicar-se-ia o PDM por definição das regras de aplicação dos instrumentos de gestão territorial e, aplicando-se o PDM o terreno passaria a REN, sendo que naquela condição haveria a necessidade de um reconhecimento de interesse público. Tinha sido por aquela razão que tinha solicitado que as as propostas fossem apreciadas de seguida, uma vez que tinham uma ordem, suspender o Plano, suspender o PDM e proceder ao reconhecimento de interesse público. -----

--- Após uma conferência realizada com a CCDR, para apresentação da suspensão do Plano, realizada em agosto, a APA - Agência Portuguesa do Ambiente tinha emitido um parecer favorável condicionado, alegando que precisava de esclarecimentos relativamente a uma possível sobreposição de uma parte do edifício com uma área que estaria nas proximidades de uma linha de água que se tinha vindo a verificar ser um furo de captação da Taviraverde. -----

--- Os técnicos municipais tinham realizado uma consulta informal à APA, que lhes tinha transmitido a possibilidade da construção. O Município procedeu a uma sobreposição de plantas e apresentou o processo novamente à APA, que tinha reconhecido a possibilidade de construção e posteriormente emitiu parecer favorável.-----



--- Assim, considerava que estavam reunidas as condições para procederem à suspensão do Plano de Pormenor de Cachopo, aprovar as medidas preventivas durante o período em que o mesmo estava suspenso e posteriormente dar conhecimento daquelas questões à CCDR e do reconhecimento de interesse público para que fossem ultrapassadas todas as questões relativas ao Centro de Meios Aéreos de modo a que o processo pudesse evoluir rapidamente. -

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** referiu que relativamente à votação das três propostas, a bancada do PSD, pretendia votá-las separadamente. -----

--- Após a explicação apresentada pela Presidente da Câmara Municipal relativa ao procedimento de reconhecimento da ação relevante de interesse público municipal em área de reserva ecológica nacional para o Centro de Meios Aéreos de Cachopo, consideravam uma proposta tardia, por não cumprir os planos territoriais ainda em vigor, que ainda não tinham sido suspensos. Consideravam que o Centro de Meios Aéreos de Cachopo com todas as suas componentes era uma obra estruturante muito importante para o concelho de Tavira, para o sotavento algarvio, para além de ser alvo de uma candidatura transfronteiriça com Espanha e com financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), pelo que concordavam com uma infraestrutura daquela envergadura no concelho e no sotavento algarvio. -----

---No entanto pretendia ressaltar por considerarem ser uma obra de interesse municipal e não quererem comprometer, não apenas a candidatura mas também Cachopo e o financiamento, que era intenção da bancada do PSD votar a favor do reconhecimento público, contudo não concordavam com a suspensão parcial do Plano de Pormenor de Cachopo e do Plano Diretor Municipal, razão pela qual era necessário um reconhecimento público, porque iriam suspender os dois planos, e porque existia uma infraestrutura com um projeto e uma candidatura desde o ano de 2019 que não cumpria um plano territorial. -----

--- Referiu que em março do ano de 2022 tinham tido acesso a documentos, como o relatório de Estado do Ordenamento do Território elaborado pelo Município de Tavira, o qual referia na sua página cento e vinte e sete (127) no Plano de Pormenor de Cachopo, que o mesmo apresentava uma taxa de execução muito reduzida e sem qualquer área comprometida pelo que a sua revisão deveria ser devidamente ponderada, nomeadamente face à compatibilidade com os equipamentos ali presentes com destaque para o Centro de Meios Aéreos de Cachopo.

--- Assim, consideravam que desde março passado que a Presidente da Câmara Municipal tinha conhecimento daquele facto, verificando-se uma incompatibilidade com os planos territoriais, não apenas com Plano de Pormenor de Cachopo mas também com o Plano Diretor Municipal em vigor naquela data. -----



--- Entretanto tinha sido aberto um procedimento de contratação pública o qual, segundo informação prestada pela Presidente da Câmara Municipal tinha sido adjudicado no dia dezassete (17) de maio à empresa Teixeira, Pinto & Soares, S.A., e celebrado contrato escrito no dia sete (7) de junho, o qual aguardava ainda o Visto do Tribunal de Contas, pelo que consideravam que o pedido de reconhecimento público era tardio.-----

--- De acordo com as atas que lhes tinham sido facultadas referentes à Conferência Procedimental da proposta de suspensão do Plano de Pormenor de Cachopo, com data do dia dois (2) de agosto do ano 2022, nos pareceres vertidos das entidades intervenientes, podia verificar-se que o Centro de Meios Aéreos de Cachopo não se enquadrava nos instrumentos territoriais, no entanto o Município tinha lançado uma empreitada, um projeto, sem contactar as entidades para solicitar parecer, o que deveria ter acontecido no início do procedimento e não no fim.-----

--- Referiu ainda que, na Assembleia Municipal de vinte e dois (22) de junho passado, tinha questionado a Presidente da Câmara Municipal sobre se os terrenos abrangentes eram pertença do Município, e em nome da bancada do PSD pretendia saber como era possível o Município abrir um procedimento para uma empreitada quando não estava garantida a legitimidade do Município sobre a totalidade dos terrenos onde iria ser implantado o equipamento.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que o que estava em causa eram os terrenos onde não se podia construir o que quer que fosse de modo a garantir os corredores de aproximação, não estando relacionado com o equipamento.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** referiu que aquele não tinha sido o entendimento da bancada do PSD que tinham apresentado declaração de voto, para anexar à ata, relativamente às propostas n.º 302/2022/CM e n.º 303/2022/CM embora, não querendo comprometer a candidatura e o interesse municipal na infraestrutura do Centros de Meios Aéreos de Cachopo, consideravam que desde o início que o processo vinha um pouco sinuoso.

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que considerava que quando se falhava ou errava por algum motivo não se devia persistir no erro, mas encontrar soluções para o ultrapassar, o que era a sua pretensão. Tendo integrado o anterior Executivo Municipal e o atual, sempre tinham considerado que aquele equipamento seria essencial para o concelho e também para apoio ao Alentejo e Espanha.-----

--- Referiu que considerava que aquele era um assunto importante para Cachopo, para a revitalização do interior, uma vez que se falava em valorizar o interior e nada era feito naquele sentido. Considerava que todos deveriam estar satisfeitos, e não colocar obstáculos, porque na Assembleia Municipal tinha sido levantada uma questão, que tinha sido analisada e corrigida

sendo que iria ser possível terem o Centro de Meios Aéreos de Cachopo a funcionar sem qualquer problema, uma vez que todas as questões seriam resolvidas e ultrapassadas. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** disse que a bancada do PSD concordava com aquela infraestrutura e consideravam uma mais-valia não só para o concelho, mas para o sotavento algarvio. Enquanto deputados da Assembleia Municipal, uma das suas responsabilidades era de fiscalizar a ação do Município, assim, e naquela qualidade, embora não fosse do agrado de todos, tinham o direito a manifestar a sua opinião. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** referiu que reconhecia a preocupação da Deputada Municipal Ana Rita Pacheco e questionou a mesma sobre o que pensava de alguém que lançasse um projeto, violasse os instrumentos territoriais, fosse contra os pareceres do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e cujo interesse público nunca tivesse sido reconhecido, se considerava correto. Mencionou ainda que importava reter o que a Presidente da Câmara Municipal tinha afirmado, retificar o que não estava efetuado, reconhecer o interesse público e avançar com uma obra estruturante para o interior do país e que servia todo o Sotavento Algarvio e uma parte do Alentejo. Em tempos idos tinham existido intervenções no concelho que tinham violado os instrumentos territoriais, não obtendo pareceres favoráveis que estavam religiosamente guardados e, no entanto, as intervenções tinham sido executadas. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** referiu que o assunto não era do seu tempo, no entanto gostaria de responder à Deputada Municipal Jovita Ladeira, que sendo aquele o seu primeiro mandato, e a primeira vez que tinha assento na Assembleia Municipal, considerava que o PS não se conseguia desvincular dos treze (13) anos que tinham passado desde que o Macário Correia tinha saído da Câmara Municipal. Considerava que o Executivo Municipal, no caso o PS, tinha que se desvincular do passado, em que tinham sido cometidas ilegalidades julgadas em Tribunal, no entanto havia necessidade de separar as coisas, a questão a ser tratada era do presente e pertencia à bancada do PSD para fiscalizar o que acontecia no Município no presente e não situações passadas há treze (13) anos. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** disse que não tinha referido nomes, mas reconhecia que a Deputada Municipal Ana Rita Pacheco tinha afirmado que se tinham cometido ilegalidades e tinha havido perda de mandatos. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que a questão tinha sido levantada inicialmente, de forma a conceder tempo para que a ilegalidade fosse retificada, pois podiam não tê-lo feito e posteriormente censurar. Tinham prevenido desde o primeiro dia, não tendo sido reconhecido o aviso, posteriormente tinham voltado a advertir, acontecendo o mesmo tendo



sido necessário voltarem a questionar para que ouvissem que estava resolvido, o que o satisfazia, sendo que eles tinham feito o que lhes competia e ninguém os tinha que reprovar.

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 213/2022/CM - PROCEDIMENTO DE RECONHECIMENTO DE AÇÃO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EM ÁREA DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN) PARA EXECUÇÃO DO CENTRO DE MEIOS AÉREOS DE CACHOPO, que foi aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA n.º 302/2022/CM - SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DE CACHOPO E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MEIOS AÉREOS DE CACHOPO - APROVAÇÃO, que foi aprovada por maioria com dezassete (17) votos a favor dos deputados municipais José Guerreiro, Maria Margarida Alves, José Graça, Jovita Ladeira, David Martins, Gisela Viegas, Maria João Anjos, Hugo Madama, Nuno Mateus, Maria Romão, José Costa, Jorge Silva, Bráulio de Jesus, Ângelo Pereira, Emílio Campos, Rafael Dias, Gonçalo Santos, e nove (9) abstenções dos deputados municipais Muriel Neto, Jorge Corvo, Natércia Joaquim, Jorge Cruz, Liliana Fernandes, Ana Pacheco, Sónia Tomás, Artur Gomes e Ana Baioa. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA n.º 303/2022/CM - SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TAVIRA E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MEIOS AÉREOS DE CACHOPO – APROVAÇÃO, que foi aprovada por maioria com dezassete (17) votos a favor dos deputados municipais (17) votos a favor dos deputados municipais José Guerreiro, Maria Margarida Alves, José Graça, Jovita Ladeira, David Martins, Gisela Viegas, Maria João Anjos, Hugo Madama, Nuno Mateus, Maria Romão, José Costa, Jorge Silva, Bráulio de Jesus, Ângelo Pereira, Emílio Campos, Rafael Dias, Gonçalo Santos, e nove (9) abstenções dos deputados municipais Muriel Neto, Jorge Corvo, Natércia Joaquim, Jorge Cruz, Liliana Fernandes, Ana Pacheco, Sónia Tomás, Artur Gomes e Ana Baioa. -----

--- O PSD apresentou declaração de voto referente às propostas 302/2022/CM e 303/2022/CM cujo documento se encontra anexo à presente ata como documento número seis. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número oito referente à PROPOSTA N.º 305/2022/CM – 2.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DE 2022. ----

--- A Presidente da Câmara Municipal referiu que a proposta se prendia com várias questões que passava a enumerar. -----

--- A primeira questão prendia-se com algumas correções a efetuar à receita, umas para diminuir, outras para aumentar, nomeadamente as transferências do Orçamento de Estado, que tinha sido aprovado mais tarde, alguns financiamentos e reprogramações de empreitadas



a serem ajustados dada a alteração do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) mas, sobretudo, com contas a final de agosto, porque estavam com cerca de oitenta e um por cento (81%) de cobrança de receita, o que significava que, se fizessem o cálculo da receita em termos de orçamento com a média dos últimos 24 meses, os anos 2020 e 2021, anos em que por força da pandemia as receitas tinham sido mais fracas, teriam em média, cerca de oito e meio por cento (8,5%) de execução da receita por mês, o que significava que no final de agosto estariam com cerca de sessenta e cinco por cento (65%). -----

--- Naquela data estavam com oitenta e um por cento (81%), o que significava que muito possivelmente iriam superar em mais de cem por cento (100%) a previsão da execução da receita. Com base aqueles dados e numa regra do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) que referia a possibilidade de serem efetuadas revisões ao orçamento quando se verificasse excesso de cobrança relativa à totalidade de receitas previstas. Considerando que a totalidade de receitas previstas eram referentes aos anos mencionados, sabiam que todos os meses estariam a superar a média referida. Naquela base tinha sido efetuado um ajuste às receitas e às despesas, tendo sido incorporados mais dois milhões de euros (€ 2.000.000,00) no orçamento, por questões de boa gestão e com a certeza que muito possivelmente estariam acima ou muito perto de uma execução de cem por cento (100%). Embora nunca tivessem feito uma alteração, também nunca tinham tido cinco milhões de euros (€ 5.000.000,00) de IMT a mais do que estava previsto em orçamento, como também não tinham tido cálculos da previsão do orçamento com base em anos em que a receita tinha sido francamente prejudicial para o Município como tinham sido os anos de pandemia em que tinham sido isentadas muitas receitas, rendas de habitação social, ocupações de via pública, poucos negócios a originarem IMT, o que tinha feito com que a receita daquele ano já tivesse ela própria sido calculada em baixa, com base naqueles dados, tinham também aproveitado para reprogramar algumas empreitadas, uma vez que estavam a ser solicitadas revisões de preços, sobretudo nas empreitadas maiores como a Empreitada para Requalificação da Rua Capitão Jorge Ribeiro em Cabanas de Tavira e a Empreitada para Reabilitação do Cine Teatro António Pinheiro, criando algumas dificuldades em termos do orçamento de capital. -----

--- Disse ainda que a dotação dos dois milhões de euros (€ 2.000.000,00), também se prendia com a eventual compra de terrenos, sem certezas da sua concretização, no entanto tinham tido a possibilidade de fazer uma avaliação e uma oferta a um loteamento em falência, e com a perspectiva de compra daquele loteamento, poderem dar resposta a um dos maiores problemas do concelho, a habitação, possibilitando a concretização de mais de oitenta (80) habitações, para além daquelas previstas nos terrenos municipais, o que traria uma folga bastante grande, permitindo praticamente a execução de toda a estratégia local de habitação.



--- Referiu ainda que, tendo o Município capacidade de endividamento, seria uma oportunidade de aproveitar. Acrescentou que ao longo dos treze (13) anos que exercia funções no Município, em que tinham começado com uma dívida de vinte e nove milhões de euros (€ 29.000.000,00) embora não devesse referir outros executivos, mas quando se pagavam as dívidas e atualmente tinham menos de cinco milhões de euros (€ 5.000.000,00) em dívida e ficavam com capacidade de contrair empréstimos bancários e resolver um problema estrutural da cidade, considerava que o deviam fazer. -----

--- Acrescentou ainda que tinha sido apresentada uma proposta e se o negócio se concretizasse seria presente à Assembleia Municipal, uma vez que era o Órgão competente para autorizar a aquisição de terrenos, pelo que careciam da sua aprovação sendo que nessa fase daria mais pormenores sobre o assunto. Embora considerasse um bom negócio não tinha sido a base para efetuarem a revisão ao orçamento, mas alguns critérios que considerava serem de boa gestão, terem a despesa adequada à receita. Referiu que continuavam apostados naquele que consideravam ser o principal problema do concelho e para o qual tinham que encontrar soluções muito rápidas, colocando à consideração o sentido da revisão ao orçamento e dos ajustes realizados para que fiscalizem. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** agradeceu à Presidente da Câmara Municipal a explicação detalhada que tinha efetuado sobre a proposta a ser submetida a votação, após apreciação. Referiu que a bancada do PS não se tinha pronunciado em fase da apreciação do Relatório Semestral, no entanto sublinhou que *“as boas contas fazem os bons amigos”* e no caso em concreto, o fato do Município de Tavira ter vindo a melhorar de uma forma substancial e sustentada a sua situação financeira ao longo dos últimos anos tinha permitido que as avaliações regularmente efetuadas pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e também pelos Institutos Universitários associados àquela prestigiada Instituição, na elaboração do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, tivesse vindo a comprovar o trabalho que estava a ser efetuado pelo Município de Tavira. -----

--- Mencionou ainda que o fato do Município de Tavira ter boas contas permitia que o programa eleitoral apresentado pelo PS aos tavirenses, no ano de 2021, viesse a ser cumprido, bem como outras medidas que não estavam previstas na altura, talvez por terem sido analisadas de uma forma cautelar. As perspetivas financeiras do Município tinham vindo até a ser melhoradas e a situação que a Presidente da Câmara Municipal tinha referido em relação à habitação, na sua opinião, era a que merecia mais destaque, pois atualmente em toda a região a habitação era um fator essencial para o seu desenvolvimento sustentado, para a fixação das populações, mas acima de tudo para a fixação de famílias jovens. Ao contrário do esperado, o Município de Tavira tinha resistido a um inverno demográfico anunciado há alguns anos atrás,



nos últimos Censos, para o concelho, sendo que pretendiam continuar a lutar para resistir ao inverno demográfico fosse através da atração de nova população, ou através da fixação dos jovens de Tavira na terra. Para tal era necessário que houvesse investimento municipal, criadas condições de resposta de habitação a preços controlados, não apenas habitação social no âmbito do Programa do Primeiro Direito mas acima de tudo habitação a custos controlados de forma que as jovens famílias tavirenses pudessem continuar a residir no concelho, não apenas na cidade mas também nas freguesias limítrofes, no interior, para o que era necessário que houvesse saúde financeira modo a que o Município pudesse continuar a fazer aquele tipo de investimentos e que as políticas sociais e o programa eleitoral que o PS tinha apresentado no ano de 2021 fossem concluídos com sucesso e se possível ainda melhorados.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que as palavras da Presidente da Câmara Municipal e o texto apresentado não conferiam, uma vez que em termos de documentos, a referência ao destino de compra de terrenos para habitação não estava vertida em local algum. Depois, a proposta tinha surpreendido porque nunca em treze (13) anos que a Presidente da Câmara Municipal tinha tido o pelouro, tinha efetuado alguma alteração para aumentar a receita. Acrescentou que no entanto iria passar à análise dos considerandos da própria proposta, também para enquadrar nas medidas que a Assembleia Municipal tinha que tomar em relação às decisões colocadas pelo Executivo Municipal.-----

--- O primeiro considerando referia que as transferências provenientes do Orçamento de Estado para o corrente ano tinham sido aprovadas através da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho e sofrido alterações face ao ano anterior. -----

--- Verificadas as contas do orçamento do município, tinha menos quinhentos e cinquenta e cinco euros (€ 555,00) de receita corrente e mais oitenta e três mil euros (€ 83.000,00) de capital o que no total representava menos quatrocentos e setenta e um mil, novecentos e cinquenta e sete euros (€ 471.957,00) de transferências do Orçamento de Estado, menos receitas do que o previsto ou menos que no ano anterior, sendo que o considerando em causa não justificava o aumento da receita. -----

--- Esclareceu ainda que os valores constantes na Lei do Orçamento de Estado já eram conhecidos aquando da elaboração do Orçamento Municipal, uma vez que os mesmos já se encontravam referidos na proposta de Orçamento de Estado que não tinha sido aprovada, mas estava elaborada sabendo-se que tinham sido dadas indicações à DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais, que embora o orçamento não estivesse aprovado, os valores constantes no referido documento permaneciam inalteráveis independentemente de qual fosse o valor do Orçamento de Estado apresentado, uma vez que os mesmos resultavam de formas a aplicar à receita do ano anterior. -----



--- O segundo considerando da proposta referia que as receitas municipais eram estimadas em conformidade com as regras previsionais definidas no ponto 3.3 do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual. O ponto 3.3 referia que *“as receitas relativas aos impostos não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses, à data de elaboração do orçamento”*, o que também não justificava o aumento da receita à data, existindo uma exceção que previa novas receitas para atualização do valor dos impostos a cobrar, o que não se tinha verificado pelo que, pela exceção, também não viam justificação para o aumento da receita.-----

--- Verificadas textualmente as regras previsionais do 3.3 gostaria a bancada do PSD de ver esclarecido pela Presidente da Câmara Municipal como é que na revisão proposta existia um reforço na dotação das despesas com pessoal em dois milhões, duzentos e vinte e dois mil e trezentos euros (€ 2.222.300,00) face ao orçamento inicial quando na alínea f) do ponto 3.3.1 das regras diziam cumprir referiam que *“No orçamento inicial, as importâncias a considerar nas rubricas 'Remuneração de pessoal' devem corresponder à da tabela de vencimentos em vigor, sendo atualizada com base na taxa de inflação prevista, se ainda não tiver sido publicada a tabela correspondente ao ano a que o orçamento respeita.”* -----

--- Assim, questionava se o que tinha lido significava que a Presidente da Câmara Municipal, na elaboração do orçamento inicial, não tinha assegurado a despesa mais importante das autarquias que eram os vencimentos dos seus trabalhadores. -----

--- Disse que o terceiro considerando se referia à necessidade de reprogramar a execução de algumas empreitadas o que implicava a assunção de encargos plurianuais cuja competência era do Órgão Deliberativo. A reprogramação da execução de algumas empreitadas iria diminuir o valor global da despesa e conseqüentemente a receita associada ao financiamento europeu, e assim sendo também diminuiria o valor global do orçamento não o aumentando. Acrescentou que pela análise dos documentos apresentados podiam constatar que o orçamento se encontrava dotado de receita proveniente de fundos comunitários que por razões que não lhes era dado conhecimento não seriam executados, sendo os mesmos diferidos para o ano seguinte totalizando um milhão, setecentos e noventa e sete mil e quinhentos euros (€ 1.797.500,00) de receita a menos que o previsto naquela rubrica. Aquela diminuição de receita prendia-se com a falta de concretização de obras que se encontravam previstas e que resvalavam todos os anos para os anos seguintes. Naquele contexto gostariam que fosse esclarecido na Assembleia Municipal quais as obras, quais os motivos não tinham execução e quais os montantes. Questionou ainda se as obras se encontravam adjudicadas, qual seria a responsabilidade dos empreiteiros no incumprimento dos prazos e se tinham sido



aplicadas algumas das penalidades previstas nos cadernos de encargos para situações daquela natureza. Pediu ainda esclarecimento sobre quais seriam os custos dos adiamentos e outros, porque verificando o relatório semestral podiam aferir que a execução da despesa continuava nos trinta por cento (30%), pelo que se da parte da receita estavam a cobrar bem, da parte de investimento continuavam com aquela percentagem de execução da despesa.-----

--- O quarto considerando que pretendia fazer referia-se aos financiamentos previstos que deviam de estar de acordo com a execução da despesa, com o que concordavam, no entanto não consideravam aquela uma razão plausível para realização de uma revisão orçamental, uma vez que aquele equilíbrio em nada justificava o aumento da receita. -----

--- Em quinto lugar, disse que a execução da receita estava acima do estimado em diversas rubricas pelo que devia ser revista de forma a comportar as receitas a liquidar no ano corrente, sendo que a liquidação e a cobrança de receitas podiam ser efetuadas para além dos valores previstos na respetiva inscrição orçamental sem qualquer problema. Assim também não julgavam que aquele motivo justificasse a necessidade de incorporação do aumento de receita no orçamento, tendo em conta as regras do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, que invocava no seu ponto 8.3.1.4, alínea b), que se podia realizar uma revisão orçamental quando exista excesso de cobrança em relação à totalidade das receitas previstas no orçamento. Em sequência questionou qual era a execução do orçamento total da receita naquela data pois se a mesma não tivesse uma execução superior a cem por cento (100%) considerava que legalmente não era possível proceder-se àquela revisão em que o orçamento municipal era emplorado em mais de dois milhões de euros (€2.000.000,00), a três meses do final do ano, até porque na sua opinião não se justificava quando estavam tão próximo de terem um novo orçamento e que da análise efetuada ficavam muitas dúvidas quanto ao enquadramento legal daquela revisão orçamental. -----

--- Continuou dizendo que sobre as regras orçamentais, considerava que deveria de ser obrigatória a existência de um gráfico no primeiro orçamento, um gráfico com uma barra onde constasse a receita corrente, a despesa corrente, os empréstimos. -----

--- Dos quadros apresentados, o primeiro referia-se à poupança corrente, sendo que ao efetuar as contas em relação ao novo orçamento tinha verificado que na coluna a) de receita corrente estavam contemplados trinta e quatro milhões, novecentos e sessenta e cinco mil euros (€34.965.000,00) e na coluna b) da despesa corrente trinta e seis milhões e duzentos mil euros (€36.200.000,00). Quanto aos empréstimos estavam novecentos e dezassete mil euros (€917.000,00), pelo que considerava que o equilíbrio orçamental não era cumprido dado que existia um desequilíbrio de mais de dois milhões de euros (€2.000.000,00), mais precisamente, dois milhões cento e cinquenta e dois mil euros (€2.152.000,00) sobre o que pretendiam pedir



uma explicação sendo que pensava que o gráfico a que se tinha referido também deveria acompanhar sempre o documento de revisão, sendo um documento obrigatório como no orçamento inicial.-----

--- Resumidamente e salientando que as regras que permitiam aumentar o valor estimado das receitas eram claras, a lei de enquadramento orçamental, Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, n.º 2, art.º 52 referia que *“a liquidação e a cobrança de receita podem ser efetuadas para além dos valores previstos na inscrição orçamental”*, assim a Câmara Municipal poderia sempre arrecadar mais do que o valor inscrito no orçamento, sendo que o que não podia gastar mais.-----

--- A proposta da segunda alteração modificativa do orçamento do ano de 2022 não apresentava qualquer enquadramento legal para aumentar o valor daquela receita nem eram fornecidos os valores de execução ou os valores já arrecadados que sustentassem o aumento. Para que não subsistissem dúvidas quanto ao significado do aumento global da receita a legislação referia que o excesso de cobrança em relação ao global das receitas previstas e arrecadadas contidas em orçamento aprovado não dizia respeito a cada item, ao somatório de alguns itens, mas sim à receita arrecadada. No conjunto todos os itens não podiam considerar que apenas o IMT representava a totalidade tendo que haver um aumento generalizado de todos e, como tinha ficado demonstrado na análise de todos os considerandos, tal não se verificava, pelo que concluíam não existir sustentabilidade técnica legal para a revisão do orçamento com base no aumento receita.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que muito genericamente entendia se a bancada do PSD tivesse mencionado que iria ser feita a revisão modificativa ao orçamento e depois não fossem cobrados os oitenta e cinco por cento (85%) da receita e tivesse que comunicar às entidades fiscalizadoras, o que, de facto, seria um problema. No entanto pensava que estavam a arranjar alguns subterfúgios à sua interpretação relativamente ao que estava previsto no ponto 8.3.1. do POCAL relativamente às modificações do orçamento e, no que dizia respeito à revisão do orçamento por excesso de cobrança em relação à totalidade de receitas previstas com base numa previsão, se naquela previsão devia executar todos os meses uma percentagem deveria ter execução a sessenta e cinco por cento (65%) e já estava a mais, ou seja a oitenta e um por cento (81%).-----

--- Relativamente à questão de nunca ter sido feita nenhuma revisão modificativa ao orçamento, nunca tinha acontecido porque nunca tinham tido cinco milhões de euros (€5.000.000,00) a mais, mas a menos, e a inexperiência da altura não lhe tinha dado o discernimento para fazer uma revisão ao orçamento para menos. Assim tinham continuado



com os cinco milhões de euros (€5.000.000,00), efetuado despesa e tendo que cortar a seguir, todavia era errando que se aprendia.-----

--- Disse ainda que o Deputado Municipal Jorge Corvo tinha referido anteriormente que a Presidente da Câmara Municipal tinha a competência da parte financeira da Câmara Municipal há treze (13) anos, o que confirmava, e embora nunca o tivesse feito anteriormente, tinha tentado pugnar por um orçamento mais transparente para que o mesmo se tornasse mais perceptível, porque sendo ela da área de gestão, não entendia bem o orçamento anterior. -----

--- Quanto à questão dos terrenos, referiu que constavam no orçamento no ponto de aquisição de terrenos, não referindo quais os seus efeitos, no entanto a aquisição dos terrenos tinha aumentado de dotação porque nas alterações modificativas, apenas tinham que constar as rubricas que eram alteradas. Também tinham retirado um milhão e meio de euros (€1.500.000,00) de receita, que sabiam que não iriam cobrar, relativamente aos cinco milhões (€5.000.000,00€) a mais que estavam cobrados em relação ao previsto no IMT, tinham sido introduzidos líquidos dois milhões de euros (€2.000.000,00), sabendo que, por norma, em dezembro receberiam a última tranche do IMI, cerca de um milhão de euros (€ 1.000.000,00) de euros, sendo que em setembro já tinham mais trezentos mil euros (€ 300.000,00) euros de IMT, prevendo-se uma execução muito próxima dos cem por cento (100%). Considerava que a preocupação deveria ser se tivesse uma execução de cento e trinta, cento e quarenta ou cento e cinquenta por cento (130%, 140% ou 150%), e não conseguissem realizar despesa, não haveria vantagem de terem a mais no orçamento, pelo que tinha que ser para realizar despesa, investimento, de modo a melhorarem alguma coisa. -----

--- Relativamente às receitas, efetivamente eram quase meio milhão de euros (€ 500.000,00) a menos com a nova Lei das Finanças Locais, no entanto deviam ficar contentes porque como o Deputado Municipal José Graça havia referido, tinham uma entidade certificada que referia que o Município de Tavira, se encontrava há vários anos, num ranking dos municípios de média dimensão nos dez (10) primeiros lugares dos melhores geridos, que eram mais eficientes na sua gestão, e aquela eficiência referia-se exatamente aos indicadores de gestão, taxa de cobrança da receita, taxa de execução da despesa e autonomia financeira, o que os devia deixar satisfeitos por terem aquele reconhecimento. Ela sentia-se feliz por saber que tinha contribuído para tal, embora a Divisão Financeira tivesse colaborado mais, mas todos deviam de ficar satisfeitos por terem um Município com saúde financeira, com capacidade de endividamento para tentar resolver problemas do concelho, que era a questão que os devia nortear, devendo a Assembleia Municipal pugnar para encontrarem as melhores soluções para os problemas do concelho e não o contrário. -----



--- **O Deputado Municipal, Rafael Dias**, Presidente da Junta de Cachopo, disse que como o inverno demográfico ainda tinha acontecido em algumas freguesias do concelho e como a alteração proposta não iria trazer investimento para habitação em Cachopo iria manter o sentido de voto do PSD. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que não entendia muito de finanças públicas, no entanto sempre tinha feito um esforço para tentar perceber, nomeadamente quando foi implementada a integração de saldo de gerência ou a distribuição do orçamento previsível para gastar, sempre procurou com os seus pontos de vista dar contributos positivos os quais nos anos seguintes tinham resultado. Apesar de, na Assembleia a bancada do PS julgar que estava contra o orçamento ou contra a incorporação, a bancada do PSD sempre contribuiu para que estas classificações fossem cada vez melhores, chamando a atenção para determinadas situações como estavam a fazer naquela Assembleia. -----

--- Disse ainda que ao fazer contas e verificar que o citado gráfico que era obrigatório e não constava, fazendo contas verificava que não existia equilíbrio orçamental pelo que ficava preocupado, chamando à atenção, sendo essa a obrigação da bancada do PSD fazê-lo, mais uma vez referindo que a três meses do final do ano, com um novo orçamento para elaborar, não conseguiam compreender a necessidade de efetuar a alteração proposta. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que o Deputado Municipal Jorge Corvo considerava não haver necessidade de efetuar a alteração modificativa ao orçamento, na sua opinião era boa gestão, eram opiniões diferentes, por isso estavam em bancadas diferentes. ---

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 305/2022/CM – 2.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DE 2022**, que foi aprovada com quinze (15) votos a favor, dos deputados municipais José Guerreiro, Maria Margarida Alves, José Graça, Jovita Ladeira, David Martins, Gisela Viegas, Maria João Anjos, Hugo Madama, Nuno Mateus, Maria Romão, José Costa, Jorge Silva, Bráulio de Jesus, Ângelo Pereira, Emílio Campos, dez (10) votos contra dos deputados municipais Muriel Neto, Jorge Corvo, Natércia Joaquim, Jorge Cruz, Liliana Fernandes, Ana Pacheco, Sónia Tomás, Artur Gomes, Ana Baioa, Rafael Dias e uma (1) abstenção do deputado municipal Gonçalo Santos. -----

--- Terminados os pontos em apreciação e votação, **o Presidente da Assembleia Municipal** disse que iriam passar ao período de intervenção do público e que tinha inscrições, pelo que iria passar a palavra ao **Munícipe Alexandre Fernandes Vaz**. -----

--- O Munícipe cumprimentou todos os presentes e todos os que ainda assistiam em casa, referindo que tinha, para colocar à Presidente da Câmara Municipal, algumas questões relativas à mobilidade e aos transportes públicos urbanos de Tavira, em complemento à discussão já havida na Assembleia.-----



*“Sabemos que os transportes públicos assumem uma importância decisiva na política da redução da emissão de gases com efeito de estufa e de outros poluentes com efeitos nocivos na saúde humana e nos ecossistemas. Por outro lado, garantem o acesso das populações ao transporte e concretizam o direito de todas as pessoas à mobilidade. Um serviço de transportes coletivo que cumpra estes objetivos políticos deve ser apoiado e reforçado, e ainda mais num tempo em que os custos associados ao transporte individual acompanham o agravamento do custo de vida, sobem especulativamente como são o exemplo os combustíveis. O PCP de Tavira em contacto com os utentes da linha vermelha da rede sobe e desce, registou queixas da falta de capacidade para o transporte de todos os recorrem a este serviço, por exemplo o autocarro que parte da Quinta das Salinas às 7.35 da manhã, deixou vários passageiros apeados, onde verificámos que outros passageiros são transportados em pé com a conseqüente falta de segurança e conforto. O aumento da procura deste serviço, nomeadamente os estudantes que procuram um modo mais económico de deslocação deverá obrigar a um reforço da rede e da frequência das suas ligações, não obstante a Câmara ter colocado algumas carrinhas para transporte, minimizando o problema, mas não sendo suficiente o PCP de Tavira questiona se prevê que sejam reforçados e em que medida os horários desta rede. Neste momento as urbanizações de Perogil e Quinta da Asseca não são servidas por esta rede e a urbanização da Pegada apenas é ligada ao fim do dia, em dois horários, o vale Caranguejo não tem ligações ao fim de semana, nomeadamente ao sábado. Num futuro alargamento desta rede, como é necessário pensamos nós, prevê que estas venham a ser contempladas? No momento em que os custos de vida aumentam em resultado da especulação dos preços, da guerra, das sanções, a Câmara pretende prolongar a gratuidade deste transporte mitigando os efeitos da inflação? A rede sobe e desce deverá ser um elemento integrante de um processo mais baixo de mobilidade suave e equilibrada. Que medidas do plano de mobilidade sustentável da cidade de Tavira foram implementadas? Temos uma repetição, em janeiro deste ano questionamos a senhora presidente sobre o estado de degradação e dos graves problemas da estrutura do Centro Coordenador de Transportes e da já então urgente necessidade de intervenção. Volvido este tempo é previsível que os problemas se tenham acentuado, assim insistimos para quando se prevê que este centro tenha condições de segurança e conforto aos seus utentes. -----
Última questão, o projeto Vamus, inscreve a construção de uma interface rodoferroviária aqui em Tavira, para quando e onde prevê a concretização desta medida?” -----*

--- A Presidente da Câmara Municipal respondeu que a primeira questão já tinha sido praticamente respondida, estava relacionada com o site do Sobe e Desce, e tinha acontecido nos primeiros dias de aulas, sobretudo com o uso deste meio de transporte pelos estudantes, tinha sido informada que a questão estava praticamente resolvida, como já tinha sido referido



anteriormente, disse que havia uma questão com o alargamento da rede SIM na nova concessão, estando previstas as duas linhas, os dois circuitos, a dimensão dos autocarros a circular eram os previstos na concessão, com o respetivo valor, assim se alterassem as condições genéricas da concessão, aquele contrato não era válido. Na próxima concessão iria ser ponderado, bem como a questão já sinalizada junto do senhor Vereador da Mobilidade, Infraestruturas e Atividades Económicas, referente aos autocarros elétricos e também o facto de serem ligeiramente maiores. Quanto ao alargamento da rede SIM, a gratuidade seria para manter, já tinham iniciado a cobrança de outras receitas, o plano de mobilidade ainda não tinha a versão final, estava a ser elaborado e era necessário agendar uma reunião com a equipa que o estava a elaborar, para ultimar algumas questões. -----

--- Relativamente ao Centro Coordenador de Transportes, respondeu que iriam introduzir, com os meios do município, algumas melhorias, embora aparentes, porque os problemas maiores persistiam e ainda não estava a decorrer, mas iria ser lançado um procedimento para avaliação da estrutura do edifício, o qual tinha efetivamente umas fissuras graves mas tinha que ser avaliado, não existindo no município técnicos para poderem fazer uma avaliação daqueles problemas estruturais, razão pela qual teriam que contratar, estava sinalizado, e iriam tratar o mais breve possível. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Munícipe Michael Hagedorn.** --

--- O Munícipe cumprimentou todos os presentes, referiu que vivia há alguns anos em Tavira, onde tinha alguns laços familiares, demonstrou a sua preocupação e de vários cidadãos sobre o futuro do terreno da Horta do antigo Convento de São Paulo. Referiu que passava naquele local todos os dias e havia alguns meses que tinha constatado uma construção de uma vedação muito forte e sofisticada e depois tinha observado que o terreno estava naquele momento a ser usado para um aterro temporário por uma empresa que fazia a construção no antigo Palácio Tavares. Questionou se para um aterro era necessária uma vedação tão robusta, o que tinha estranhado. -----

--- Tinha pesquisado na internet e tinha encontrado várias contribuições de cidadãos que tinham questionado o mesmo, inclusivamente o que iria acontecer naquele terreno. Referiu que após várias pesquisas tinha encontrado uma planta de uma empresa de planeamento imobiliário, Fragmentos, uma planta que mostrava habitação urbana, com uma densidade assustadora, casas isoladas com piscinas particulares e questionou se seriam casas de habitação social, para fixar jovens ou casas de luxo. Questionou se haveria uma informação oficial pois considerava importante para evitar especulação e para promover uma consulta participativa dos cidadãos para que não se sentissem excluídos dos projetos da cidade. -----

--- Considerava que o executivo deveria promover uma discussão pública previamente à



construção para que os cidadãos pudessem emitir a sua opinião e evitar o sucedido com a Ponte e com o Cineteatro. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que o terreno do antigo Convento de São Paulo tinha um projeto de loteamento, que contemplava moradias e também apartamentos, que não estava ainda aprovado, mas que estava numa fase final de aprovação, os terrenos eram privados, referindo que as pretensões de construção dos privados seguiam o segmento de luxo, a preocupação não seria construir para os tavirenses, seria a especulação imobiliária e o facto de venderem casas a valores exorbitantes, por essa razão a câmara iria avançar com a construção de habitação a custos controlados e substituir-se um pouco aos privados. A construção a ocorrer no espaço em causa seria aquela que os índices urbanísticos permitiam, referindo que também gostaria que fosse menos densificado, no entanto não era possível impedir a construção de mais casas ou menos prédios, se os índices e os planos em vigor permitiam essas capacidades edificativas.-----

--- Relativamente ao facto de estarem a utilizar o espaço como aterro, clarificou que a empresa que estava a reconstruir o Palácio dos Tavares ou do Palácio do Barão da Capelinha, iria manter a fachada, mas muito do prédio não se mantinha e que tinham entregado ao município um plano de gestão de resíduos em que utilizariam aquele terreno provisoriamente, os resíduos seriam depositados e posteriormente em 24 ou 48 horas seriam retirados. Por vezes demoravam um pouco mais, já tinham sido alertados que o espaço não era depósito e que seria mesmo muito provisória aquela deposição nas terras. Entretanto tinham feito algumas terraplanagens, embora ainda nada estivesse aprovado, não o deveriam ter feito em bom rigor, mas efetivamente estaria para nascer naquele espaço um loteamento com moradias e alguns prédios, eventualmente com piscinas no terraço. -----

--- Acrescentou ainda que, com o problema da falta de água, seria importante o governo legislar a questão das piscinas e também passar a prever nos projetos de especialidades as duas redes e condutas para se poder fazer o aproveitamento das águas, considerando que o futuro teria que passar por aquelas questões, uma vez que se a câmara fizesse aquelas exigências, mas que não existisse legislação habilitante, em bom rigor podiam sempre contestar em tribunal, o que tornava difícil aos serviços de urbanismo reprovarem um projeto apenas e só por questões urbanísticas de enquadramento e de harmonização. Disse também que julgava que a construção teria um acompanhamento arqueológico dada a proximidade da igreja, embora à data fosse ainda um loteamento, depois seguia-se o projeto de arquitetura, as especialidades, havendo ainda algum caminho a percorrer. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Município Fialho Anastácio.**-----



--- O Município Fialho Anastácio cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa, a Presidente da Câmara Municipal, os vereadores, os deputados municipais e particularmente os Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- Referiu que a sua presença na Assembleia Municipal era não só como cidadão de Tavira mas também por ter tido um passado político extenso. Sentia um orgulho enorme por tudo o que estava a acontecer em Tavira, mencionou que era daquelas pessoas que vinha dos primórdios da democracia, em 1974 tinha ido para a Junta de Freguesia da Luz de Tavira, em comissão administrativa, em 1976 tinha sido eleito presidente dessa junta de freguesia e também vereador na Câmara Municipal de Tavira, tinha estado doze (12) anos como Presidente da Câmara Municipal, mais dois (2) anos como Presidente da Assembleia Municipal, tinha um passado que lhe transmitia dor, sofrimento mas também as alegrias próprias de quem exercia aqueles cargos, continuou mencionando que se considerava em consciência como um cidadão tranquilo, tinha uma família agradável, bons amigos, e sentia que tinha a obrigação de ir àquele órgão e transmitir a sua posição, agradecer o empenho que tinha vindo a assistir. E não tinha sido só por Tavira ter tido festas, era por tudo aquilo que estava a fazer. Tavira estava a seguir uma orientação, que considerou ser do seu tempo e recordou algumas figuras das primeiras eleições de 1976, em que era o único que ainda estava presente, dos que tinham sido eleitos, alguns já tinham falecido, a Dra. Maria da Graça Santana Costa Viegas Mansinho, o presidente João Bruno da Rocha Prado, o José António dos Santos, o Eduardo Vilhena Guerreiro, o José Francisco Massapina Júnior, o Vítor Manuel Martins Baioa, manifestou saudades e transmitiu que todos tinham um princípio comum, queriam que o Município de Tavira e a cidade não fosse igual a qualquer outro, teria que ter a sua própria identidade e isso estava a acontecer em Tavira, por isso sentia uma obrigação muito grande em deixar aquele registo e uma homenagem muito grande aos presidentes das Juntas de Freguesia pelo trabalho que tinham vindo a fazer, sabia o que era ser presidente de junta e sabia o valor que lhes deviam dar. Agradeceu ao Presidente da Assembleia Municipal por lhe ter permitido efetuar a sua posição, que tinha sido sincera, parabenizou todos e demonstrou a sua satisfação e o seu orgulho por ser Tavirense. -----

--- **Efetuada a leitura da Ata em Minuta foi a mesma aprovada por unanimidade.** -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a presença e a entrega de todos e felicitou a forma como a Assembleia decorreu, observando que a democracia funcionou quando todos deram a sua opinião e agradeceu também ao público pelas suas intervenções. ---

--- Informou sobre a realização de uma assembleia extraordinária, no dia 17 de outubro, a contar com convidados especiais dado ser uma apresentação a efetuar pela CCDR



relativamente ao primeiro ano de mandato e as perspetivas para o futuro, ressaltando a importância de estarem presentes e colocarem questões. -----

--- Referiu ainda a presença de membros estreantes na Assembleia, os quais vieram em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Bráulio de Jesus e em substituição da Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, o Emílio Campos e ainda o Hugo Madama. Referiu-se ainda à disposição da sala, a qual podiam melhorar, agradecendo eventuais sugestões. -----

--- Desejou a todos um Bom Fim-de-semana, despedindo-se até à próxima sessão. -----

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas zero horas e quarenta e sete minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois e lida aprovada vai ser assinada. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

(José Manuel Madeira Guerreiro)

As Secretárias,

(Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves)

(Muriel Cristina Dias Neto)



Grupo municipal do PSD
Assembleia Municipal de Tavira

Proposta de recomendação

Proposta para registo no *Inventário nacional do património Cultural Imaterial* do processo de fabrico da Cerâmica de Santa Catarina da Fonte do Bispo

Considerando que:

- a) O património cultural imaterial é um fator determinante e diferenciador nos territórios e nas suas gentes, enquanto manifestações culturais expressas em práticas tradicionais e ancestrais resultantes da interação com o meio ambiente – natureza – e a sua história, reconhecidas local, nacional e internacionalmente como fazendo parte da sua identidade e que foram transmitidas ao longo de gerações, inculcando-lhes uma identidade coletiva e um sentimento de pertença;
- b) A importância da salvaguarda do património cultural imaterial que, de acordo com o n.º 3 do art. 2.º da Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008, que aprova a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada na 32.ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, em Paris, a 17 de outubro de 2003, consiste na implementação de medidas que visem assegurar a viabilidade do património cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspetos desse património;
- c) No concelho de Tavira existem práticas que se enquadram na definição de património cultural imaterial e que urge serem estudadas, salvaguardadas, protegidas e difundidas, a saber:
 - a. Processo de fabrico da cerâmica de Santa Catarina da Fonte do Bispo, cujas origens ancestrais são praticamente desconhecidas e que sumariamente resulta da mistura de barro com água, a secagem ao ar e o fogo para a cozedura. Este processo começa com a extração e preparação da pasta de argila com recurso ao barro de jazidas dos próprios “telheiros” (cerâmicas), passa por um processo de moldagem manufaturada através de utensílios e ferramentas criados para o efeito, a que se segue um período de secagem e termina com a cozedura.

Em face do que antecede, propõe o Grupo Municipal do Partido Social desta assembleia que a Câmara Municipal de Tavira proceda ao pedido de proteção legal de manifestação do património imaterial dirigido à Direção-Geral do Património Cultural, com vista à inclusão no “Inventário Nacional do Património Cultural” do processo de fabrico da cerâmica de Santa Catarina da Fonte do Bispo, nos termos do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, compreendendo as medidas de salvaguarda e o procedimento de proteção legal.

Tavira, 30 de setembro de 2022

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)



Grupo municipal do PSD
Assembleia Municipal de Tavira

Voto de Congratulação

João Pedro Gonçalves Neves

João Pedro Gonçalves Neves, nasceu no dia 27 de setembro de 2004, sendo natural de Tavira.

Começou a sua carreira futebolística muito cedo na Casa do Benfica de Tavira, em 2008 e permaneceu na equipa da casa até 2012, mostrando logo aí todos os atributos que o levaram rapidamente para Lisboa e para o Seixal. Começou a despontar nas camadas jovens do Sport Lisboa e Benfica, clube onde joga desde os nove anos de idade, a partir do escalão de iniciados. Em 2018/2019, o João começou a jogar nos Sub-15 do Sport Lisboa e Benfica, jogando no ano seguinte nos Sub-17, em 2020/2021 nos Sub-19 e em 2022/2023 dividindo o seu trajeto entre os Sub-19/Sub-23 e equipa B.

Estreou-se pelas seleções nacionais no escalão de Sub-15. Tem neste momento 13 Internacionalizações, 4 nos Sub-15 e 9 nos Sub-19. A sua primeira internacionalização aconteceu em 27 de abril de 2019 no Torneio das Nações num jogo em que Portugal venceu a Macedónia do Norte por 2-0. Assinou contrato profissional com o Sport Lisboa e Benfica em 2020, quando ainda era Júnior de primeiro ano.

O João continua a representar a Seleção Nacional Sub-19, até ao momento marcou um 1 golo com a camisola das Quinas ao peito no dia 9 de outubro de 2021 no Portugal 1, Alemanha 2 e o João Neves viveu neste ano de 2022 o seu momento mais alto no Sport Lisboa e Benfica ao Conquistar o Campeonato Nacional de Juniores, a UEFA Youth League e a 1ª Taça Intercontinental Sub-20 no Uruguai.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 30 de setembro de 2022, delibera:

- Congratular o João Neves, pela conquista do título no Campeonato Nacional de Juniores, a UEFA Youth League e a 1ª Taça Intercontinental Sub-20;
- Enviar o presente Voto de Congratulação ao João Neves.

Tavira, 30 de setembro de 2022

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)



Grupo municipal do PSD
Assembleia Municipal de Tavira

Voto de Congratulação

Rúben Andrade e António Iria Santos

O atleta do Ginásio Clube de Tavira, Rúben Andrade, sagrou-se Campeão de Portugal, no escalão de Juniores, 60kg, na Taça de Portugal 2022, competição sob a égide da Federação Portuguesa de Boxe. Queremos salientar que segundo o seu treinador, António Iria Santos, este atleta andou a trabalhar meses para ir à taça, normalmente treina sem ringue, sem sala equipada para a prática de Boxe, ou seja só tem dificuldades, que dia a dia o seu treinador o ajuda a ultrapassar.

Este atleta é o espelho de mais 23 atletas da secção de boxe que treinam em Tavira com o mínimo de condições e que para atingirem o nível dos outros têm que trabalhar o triplo, enquanto outros atletas dormem em casa ou no hotel durante as competições, estes nem se importam de dormir no tatame. Além deste grande feito, o Ginásio Clube de Tavira ficou, igualmente, em primeiro lugar na competição por equipas, em Juniores.

Há, ainda, a destacar dois excelentes resultados dos seguintes atletas:

- Gabriel Afonso, 2º lugar, Júnior, 60kg;
- Nathan Gonçalves, 2º lugar, Elite, 71kg.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 30 de setembro de 2022, delibera:

- Congratular o Rúben Andrade, pela conquista do título de Campeão de Portugal, no escalão de juniores;
- Congratular o treinador António Iria Santos pela sua dedicação e perseverança para com os atletas desta modalidade;
- O Ginásio Clube de Tavira pela sua aposta na modalidade de Boxe e por estes títulos;
- Enviar o presente Voto de Congratulação ao Rúben Andrade e ao seu treinador António Iria Santos.

Tavira, 30 de setembro de 2022

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)

**Voto de Congratulação****Alejandro Manuel Marque Porto**

Alejandro Manuel Marque Porto, nasceu no dia 23 de outubro de 1981, em Pontevedra (Galiza), Espanha. Começou a sua carreira de ciclista profissional em 2004 e representou o Clube de Ciclismo de Tavira durante os anos de 2008 a 2010, em 2012 e de 2017 a 2022, ou seja, durante uma década, mais de metade do seu percurso profissional.

O início da sua carreira em Tavira ficou marcado pelo grande trabalho em prol da equipa sendo um dos pilares no apoio a David Blanco na conquista da 1ª, da 2ª e da 3ª Volta a Portugal e Bicicleta, para o Clube de Ciclismo de Tavira e para a cidade de Tavira.

Com um palmarés muito rico destacam-se; individualmente a sua vitória na Volta a Portugal em 2013 e, pelo Clube de Ciclismo a vitória na Volta à China (Tour of China II) em 2018 e a vitória na etapa rainha da Volta a Portugal de 2021, na Serra da Estrela (Torre – Covilhã), envergando a camisola amarela por vários dias e finalizando no pódio dessa Volta, no 3º lugar.

Para além do grande atleta está a pessoa de trato muito simpático, humilde, com forte espírito de equipa e entre ajuda, numa carreira marcada frequentemente por gestos de fair play. Mais que os resultados são estes os valores que dignificam o atleta, a equipa e esta cidade, que tão bem representa.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 30 de setembro de 2022, delibera:

- Aprovar um Voto de Congratulação pela carreira do atleta Alejandro Marque e pela sua ligação a Tavira;
- Felicitar os atletas, equipas técnicas e dirigentes do Clube de Ciclismo de Tavira, que acompanharam o atleta;
- Enviar o presente Voto de Congratulação ao Alejandro Marque;
- Solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tavira, que apresente publicamente esta congratulação na festa de homenagem ao Alejandro Marque;
- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tavira, aos Órgãos Sociais do Clube de Ciclismo de Tavira, da Associação de Ciclismo do Algarve, da UVP - Federação Portuguesa de Ciclismo, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Tavira, 30 de setembro de 2022

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD) e Partido Socialista (PS)

Assembleia Municipal de Tavira



MOÇÃO

PELO HOSPITAL CENTRAL DO ALGARVE

Em 27 de fevereiro de 2020, por proposta dos dezasseis presidentes das Assembleias Municipais do Algarve, a Assembleia Municipal de Tavira aprovou por unanimidade uma moção sobre o Hospital Central do Algarve, na qual se apelava “ao Governo para iniciar o mais rapidamente possível a revisão do projeto e o início da sua construção”, a qual anexamos á presente proposta.

Com a aprovação do Orçamento de Estado para 2022, ficou previsto que “até ao final do terceiro trimestre, o Governo adota as diligências necessárias que assegurem o procedimento para a construção e equipamento do novo edifício do Hospital Central do Algarve, assumindo o modelo contratual mais célere para a concretização da obra”, as expetativas dos Algarvios voltam a ser elevadas.

A construção do Hospital Central do Algarve é um legítimo anseio dos Algarvios, absolutamente imprescindível para a melhoria significativa dos cuidados de saúde e para a consolidação e desenvolvimento do ensino superior de Medicina e das Ciências Biomédicas, no qual os municípios da região estão fortemente empenhados, financiando diretamente o alargamento da oferta educativa, nos termos do contrato-programa celebrado em 2021, entre a Universidade do Algarve (UAAlg), a Associação para o Desenvolvimento do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve (AD-ABC), que também integra o Centro Hospitalar e universitário do Algarve

Assembleia Municipal de Tavira



(CHUA), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) e a Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), e vai permitir a criação de 96 vagas até ao ano de 2025.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 30 de setembro de 2022, delibera:

- a) Reiterar junto do Senhor Primeiro-Ministro e do Governo o nosso empenhamento no processo do Hospital Central do Algarve, reafirmando a sua imprescindível necessidade e imperiosa urgência para a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde na Região.
- b) Enviar a presente moção, depois de aprovada, ao Primeiro-Ministro, aos Ministros das Finanças e da Saúde, ao Presidente da República, ao Presidente e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tavira, ao Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL e a todas as Assembleias e Câmaras Municipais do Algarve, à Presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e ao Presidente do Conselho Regional da CCDR do Algarve, bem como às ordens profissionais e aos sindicatos do setor da saúde, e divulgá-la pela comunicação social regional e nacional.



MOÇÃO CONJUNTA DOS PRESIDENTES DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS DO
ALGARVE

PELO HOSPITAL CENTRAL DO ALGARVE

O Algarve é uma região muito deficitária em termos de saúde, por isso verificamos que com frequência saímos nas notícias dos jornais por más razões e não somos capazes de atrair e preencher as vagas para concursos de especialistas, de grande necessidade para a região.

A nossa região encontra-se a 300 Km dos hospitais centrais em Lisboa. Temos uma população flutuante muito grande, que durante o Verão duplica ou triplica, agravando uma incapacidade para prestar os cuidados de saúde de qualidade necessários. O Hospital de Faro encontra-se esgotado, sem capacidade de crescimento ou receber novas especialidades. Faltam gabinetes de consulta, as condições físicas degradadas e as condições de trabalho são más. Temos falta de camas para internamento, sendo uma das menores taxas a nível nacional.

Em 2006, foi desenvolvido um estudo independente pela Faculdade de Economia do Porto, que considerou o novo Hospital Central do Algarve como a 2ª prioridade nacional de construção de novos hospitais, a seguir ao Hospital Oriental de Lisboa (Hospital de Todos os Santos). No entanto, no Plano de Desenvolvimento 2020-23, já não figura o Hospital Central do Algarve, constam o Hospital Oriental de Lisboa, Évora, Seixal, Sintra e Madeira. Significa que, até 2023, não se iniciará a construção do novo Hospital do Algarve. Já existe terreno, projeto de construção e uma 1ª pedra colocada desde 2008.

Porque necessitamos de um novo hospital?

Precisamos de um hospital altamente diferenciado, para prestar cuidados de saúde de maior qualidade aos algarvios e a quem nos visita, com boas condições de trabalho e que possa receber novas especialidades com mais e melhores equipamentos. Assim,

88

evitaremos a transferência de doentes para Lisboa, porque poderão ser tratados no Algarve. Será também um incentivo muito importante para a fixação de médicos e profissionais de saúde, pois poderão desenvolver-se profissionalmente. Além disso, a ligação à Universidade e ao Curso de Medicina, beneficiará muito com um novo hospital e impulsionará os profissionais de saúde para iniciar novos projetos e trazer inovação. Estes fatores poderão contribuir significativamente para a fixação de médicos na região.

O Hospital Central do Algarve é um legítimo anseio dos algarvios, absolutamente essencial para a melhoria significativa da prestação dos cuidados de saúde. Os deputados municipais reunidos em Assembleia apelam ao Governo para iniciar o mais rapidamente possível a revisão do projeto e início da sua construção.

Da presente moção deverá ser dado conhecimento ao Sr. Primeiro-ministro, ao Sr. Presidente da República, à Sra. Ministra da Saúde, à Sra. Secretária de Estado Adjunta da Saúde, à Comissão Parlamentar da Saúde e à AMAL.

Ulysses Brito
Leopoldo Albuquerque
Francisco
[Signature]
[Signature]
Francisco
Francisco
Adriano Pinheiro
[Signature]
[Signature]



Grupo municipal do PSD
Assembleia Municipal de Tavira

Assembleia Municipal de Tavira dia 30 de setembro de 2022

Proposta n.º 302/2022/CM - Suspensão parcial do Plano de Pormenor de Cachopo e estabelecimento de medidas preventivas no âmbito da construção do Centro de Meios Aéreos de Cachopo

Proposta n.º 303/2022/CM - Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Tavira e estabelecimento de medidas preventivas no âmbito da construção do Centro de Meios Aéreos de Cachopo

Declaração de Voto

Consideramos o Centro de Meios Aéreos de Cachopo, com todos os seus componentes, uma infraestrutura importante no sotavento algarvio, no que respeita a operações diversas relacionadas com a Proteção Civil combate aos incêndios e Socorro, sendo por isso incontestável a importância deste projeto com interesse local e regional, sendo que a sua localização decorre de uma estratégia regional. Esta infraestrutura faz parte de uma candidatura transfronteiriça com Espanha, financiada pelo FEDER.

Contudo após análise das Propostas n.º 302/2022/CM e 303/2022/CM, referentes à Suspensão parcial do Plano de Pormenor de Cachopo e estabelecimento de medidas preventivas no âmbito da construção do Centro de Meios Aéreos de Cachopo e Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Tavira e estabelecimento de medidas preventivas no âmbito da construção do Centro de Meios Aéreos de Cachopo, consideramos o seguinte:

- a) No REOT, Relatório do Estado de Ordenamento do Território, elaborado pelo Município de Tavira em março de 2022, no que refere na sua pág. 127, referente ao Plano de Pormenor de Cachopo:

“O Plano apresenta uma taxa de execução muito reduzida e não apresenta qualquer área comprometida, pelo que a sua revisão deverá ser devidamente ponderada, nomeadamente face à compatibilidade com os equipamentos ali presentes, com destaque para o Centro de Meios Aéreos de Cachopo.”

Verificando-se uma incompatibilidade com os Planos territoriais (PP Cachopo e PDM) em vigor à data.

- b) Foram abertos procedimentos de concurso no site do Município de Tavira a 15 de março de 2022, e segundo informação da Sr.ª Presidente do Município de Tavira foi adjudicado a 17/05/2022 à empresa Teixeira, Pinto & Soares, S.A., e assinado o contrato escrito a



07/06/2022, aguardando visto do tribunal de contas para posterior assinatura da consignação para início dos trabalhos;

- c) De acordo com a Ata de Conferência Procedimental da Proposta de Suspensão Parcial do PP Cachopo e estabelecimento de medidas preventivas – Centro de Meios aéreos de Cachopo, de 02 de agosto de 2022 e os pareceres vertidos das entidades intervenientes, verifica-se que os Centros de Meios Aéreos de Cachopo não se enquadrava nos instrumentos territoriais;
- d) Acresce-se o facto de a Sr.ª Presidente ter respondido nesta assembleia, no dia 22 de junho de 2022, que os terrenos abrangentes não são todos pertença do município de Tavira, questionando-se como é possível o município abrir um procedimento de uma empreitada, quando não está garantida a legitimidade do município sobre a totalidade dos terrenos onde irá ser implantado o equipamento em questão.

Face aos pontos indicados, a Suspensão parcial do Plano de Pormenor de Cachopo e estabelecimento de medidas preventivas no âmbito da construção do Centro de Meios Aéreos de Cachopo e Suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Tavira e estabelecimento de medidas preventivas no âmbito da construção do Centro de Meios Aéreos de Cachopo, estão aqui a ser votadas pelo facto de ter sido aberto concurso, para execução de uma empreitada de um equipamento estratégico, onde o projeto se encontrava em desconformidade com os instrumentos territoriais em vigor, **face ao exposto o grupo municipal do Partido Social Democrata abstêm-se relativamente às Propostas n.º 302/2022/CM e 303/2022/CM e por isso apresenta esta Declaração de Voto.**

Tavira, 30 de setembro de 2022

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)